



[Handwritten signatures in blue ink]

2016





Divisão Administrativa e Financeira

RELATÓRIO DE
GESTÃO

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 Enquadramento Legal e Metodologia	7
2 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	9
2.1 Composição do Órgão Executivo	9
2.2 Estrutura Orgânica	10
2.3 Síntese das Atividades Desenvolvidas	12
2.3.1 Trabalhos por Administração Direta	12
2.3.2 Empreitadas Adjudicadas	13
2.3.3 Candidaturas apresentadas a Fundos Comunitários.....	14
2.3.4 O Serviço Municipal de Proteção Civil	19
2.3.5 Ação Social.....	27
3 RESUMO dos Aspetos mais Relevantes do Exercício DE 2016.....	31
4 Finanças Municipais	35
4.1 Análise Orçamental	35
4.1.1 Análise do Orçamento.....	35
4.1.2 Modificações ao Orçamento Inicial.....	36
4.1.3 Resumo dos Movimentos Financeiros da Gerência de 2016	36
4.2 Análise da Receita	38
4.2.1 Análise global da receita	38
4.2.2 Receitas correntes e receitas de capital.....	41
4.3 Análise da Despesa	48
4.3.1 Análise global da despesa	48
4.3.2 Despesa Corrente e de Capital	50
4.3.3 Despesas com Pessoal.....	53
4.3.4 Encargos e Passivos Financeiros	57
4.3.5 Aquisição de bens e serviços e outras despesas	58
4.3.6 Transferências e subsídios	60
4.3.7 Despesas de Capital - Investimentos	64
4.4 Análise do Equilíbrio Orçamental	66
4.5 Endividamento Municipal (artigo 48º a 67º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro)	67
4.5.1 Empréstimos Bancários	67
4.5.2 Dívidas a Terceiros - Curto, Médio e Longo Prazo	67

4.5.3 Limite da dívida total em 2016, calculado nos termos da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.....	68
4.6 Indicadores de Gestão Orçamental /Rácios Financeiros	70
4.7 Análise Económico-Financeira	73
4.7.1 Análise ao Balanço	73
4.7.2 Análise à Demonstração de Resultados	74
5 Proposta de Aplicação de Resultados.....	76
6 Referência ao Plano de Saneamento Financeiro	77
7 Termo de Encerramento	78

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Principais fontes de receita	31
Quadro 2: Principais agregados da despesa	32
Quadro 3: Composição da dívida a terceiros	33
Quadro 4: Valor da dívida total face ao limite legal	33
Quadro 5: Execução do orçamento no ano financeiro de 2016.....	35
Quadro 6: Evolução da execução orçamental (2012-2016).....	36
Quadro 7: Modificações Orçamentais	36
Quadro 8: Resumo da Conta de Gerência de 2016	37
Quadro 9: Previsão/execução da receita total.....	38
Quadro 10: Evolução das receitas no período 2012-2016	39
Quadro 11: Estrutura e execução da receita corrente.....	41
Quadro 12: Receita de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos	42
Quadro 13: Evolução da execução da receita fiscal.....	42
Quadro 14: Estrutura da receita proveniente de transferências	44
Quadro 15: Relação transferências /receitas totais 2011/2015	46
Quadro 16: Estrutura da receita própria 2016	47
Quadro 17: Receita própria/receita total 2012/2016.....	47
Quadro 18: Previsão/execução da despesa 2016.....	49
Quadro 19: Evolução da despesa paga	50
Quadro 20: Grandes rubricas de despesa	52
Quadro 21: Estrutura de recursos humanos em 31/12/2016.....	54
Quadro 22: Evolução das despesas com pessoal.....	55
Quadro 23: Rácio Juros/Despesa Corrente	57

Quadro 24: Rácio Amortização empréstimos/despesas de capital.....	57
Quadro 25: Distribuição dos montantes de transferências e subsídios	60
Quadro 26: Beneficiários dos Programas IEFPP.....	64
Quadro 27: Equilíbrio Orçamental.....	66
Quadro 28: Dívida a terceiros - curto, médio e longo prazo	67
Quadro 29: Limite da dívida total	69
Quadro 30: Grau de Cobertura Global da Despesa	70
Quadro 31: Estrutura da Receita	70
Quadro 32: Estrutura da Despesa.....	71
Quadro 33: Outros Rácios	71

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A', 'B', 'C', 'D', 'E', 'F', 'G', 'H', 'I', 'J', 'K', 'L', 'M', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z', 'AA', 'BB', 'CC', 'DD', 'EE', 'FF', 'GG', 'HH', 'II', 'JJ', 'KK', 'LL', 'MM', 'NN', 'OO', 'PP', 'QQ', 'RR', 'SS', 'TT', 'UU', 'VV', 'WW', 'XX', 'YY', 'ZZ', 'AAA', 'BBB', 'CCC', 'DDD', 'EEE', 'FFF', 'GGG', 'HHH', 'III', 'JJJ', 'KKK', 'LLL', 'MMM', 'NNN', 'OOO', 'PPP', 'QQQ', 'RRR', 'SSS', 'TTT', 'UUU', 'VVV', 'WWW', 'XXX', 'YYY', 'ZZZ', 'AAA', 'BBB', 'CCC', 'DDD', 'EEE', 'FFF', 'GGG', 'HHH', 'III', 'JJJ', 'KKK', 'LLL', 'MMM', 'NNN', 'OOO', 'PPP', 'QQQ', 'RRR', 'SSS', 'TTT', 'UUU', 'VVV', 'WWW', 'XXX', 'YYY', 'ZZZ']

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Estrutura da Despesa Corrente	51
Gráfico 2: Estrutura da Despesa de Capital	52
Gráfico 3: Comparação das rubricas de despesa	53

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and 'J' and the name 'A. J. J. J.']

1 INTRODUÇÃO

1.1 Enquadramento Legal e Metodologia

No cumprimento no estipulado no n.º 1 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro - que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades participadas- os documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais são apreciados pelos seus órgãos deliberativos, reunidos em sessão ordinária durante o mês de abril do ano àquele a que respeitam.

Nos termos da mesma Lei, o artigo 77º remete para a certificação legal de contas, da responsabilidade de um auditor externo, o Revisor Oficial de Contas, entretanto proposto pelo órgão executivo e nomeado pelo órgão deliberativo.

O Revisor Oficial de Contas emite parecer de certificação de contas após a aprovação das contas pelo órgão executivo, que segue para apreciação pelo órgão deliberativo.

A prestação de contas obedece ao disposto no ponto 3 das considerações técnicas do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99 de 14 de setembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro, e pela resolução n.º 4/2001 - 2ª secção do Tribunal de Contas de 12 de julho de 2001. Os documentos de prestação de contas são, ainda, organizados e documentados de acordo com as instruções constantes da Resolução 4/2001, de 12 de julho do Tribunal de Contas.

Assim, o presente relatório é parte integrante dos documentos que compõem a prestação de contas e constitui um documento de análise económica e financeira relativo ao ano de 2016. Pretende-se que seja um instrumento de apoio à gestão autárquica, pela possibilidade de, rapidamente e de forma simples, se visualizarem dados e informações que se julgam importantes para a avaliação global e acompanhamento da situação financeira, tanto no domínio orçamental como económico e financeiro.

Dispõe o ponto 13 do POCAL que o relatório de gestão a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo deve contemplar os seguintes aspetos:

- Situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão nos diferentes setores de atividade da Autarquia Local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;

- Uma síntese da situação financeira da Autarquia Local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstração de resultados;

- Proposta de aplicação de resultados líquidos do exercício;

Com o objetivo de abordar as situações mencionadas no POCAL, o relatório de gestão é estruturado em duas vertentes, designadamente:

I – Análise dos factos e informação mais relevantes na ótica orçamental;

II - Informação na ótica patrimonial, nomeadamente da estrutura do balanço e demonstração de resultados, complementada com as notas às demonstrações financeiras – ponto 8 do POCAL.

Assim, **na ótica orçamental**, analisar-se-á a estrutura da receita e da despesa nas suas componentes mais significativas recorrendo, sempre que tal se mostre relevante, à análise comparativa com o (s) ano (s) anterior (s), para avaliar a sua evolução, bem como a análise de indicadores ou rácios orçamentais que evidenciem os factos mais relevantes. Ainda nesta ótica pretende-se avaliar o impacto das alterações aos documentos previsionais, inserindo informação relativa a dotações iniciais / dotações finais por grandes grupos da classificação económica da receita e da despesa, bem como o nível de execução, relativamente às dotações iniciais e finais previstas nos documentos previsionais.

Na ótica patrimonial será analisada a estrutura do balanço, a estrutura de custos / proveitos e o endividamento municipal, com demonstração da situação de endividamento municipal face aos limites legais. Sempre que se justifique e se considere mais elucidativo, recorrer-se-á a uma análise comparativa dos factos, relativamente aos três últimos exercícios, bem como a análise de rácios de gestão que se mostrem ajustados.

2 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

2.1 Composição do Órgão Executivo

- **Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto**

Humberto da Costa Cerqueira

- **Vice- Presidente e Vereadora**

Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa

- **Vereador**

Paulo Jorge Mota da Silva

- **Vereadores sem Pelouro (em 31/12/2016)**

Manuel Mário Mota de Oliveira

Bruno Miguel Moura Ferreira



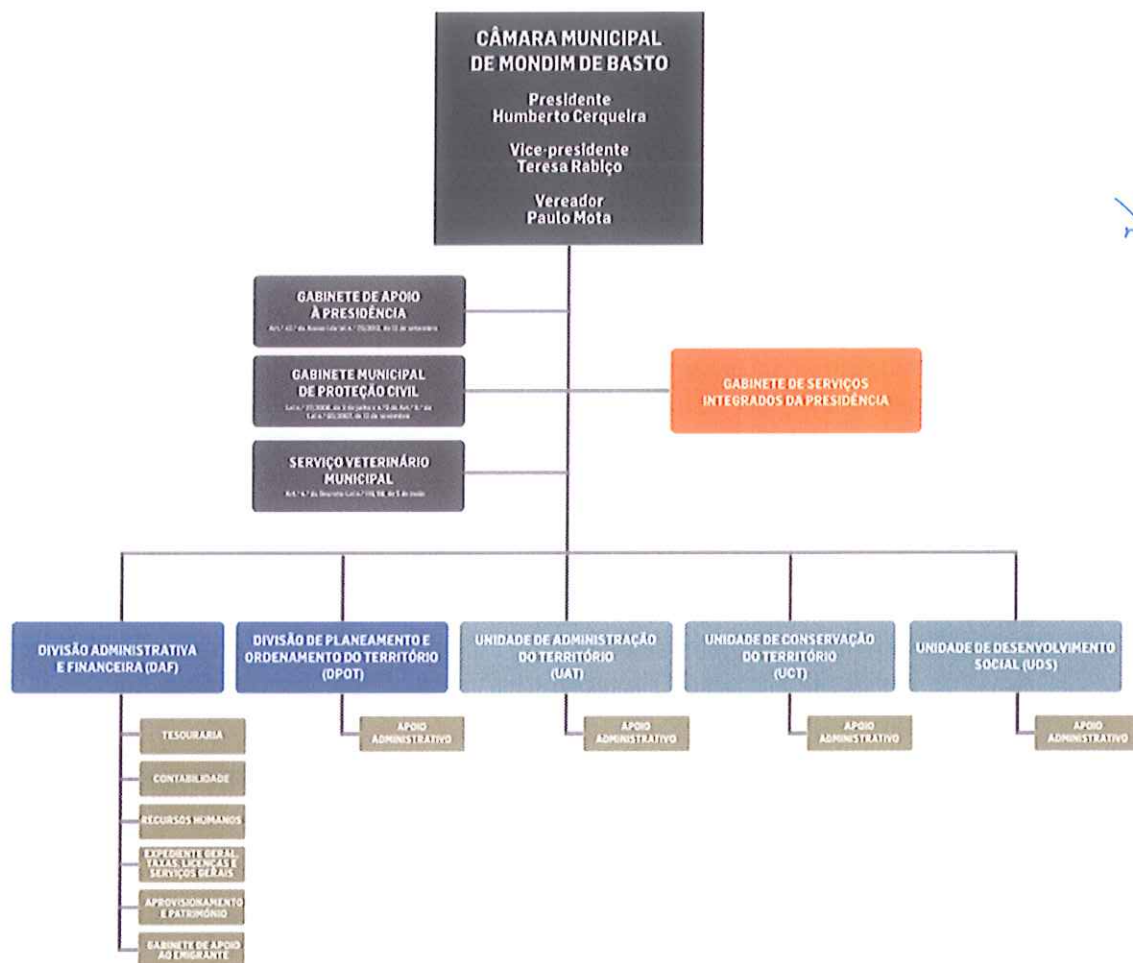
2.2 Estrutura Orgânica

Em 2016 ocorreu uma alteração à estrutura orgânica existente, tendo sido deliberado em Assembleia Municipal do dia 30 de junho de 2016 a alteração da Organização dos Serviços Municipais, nomeadamente no que concerne ao número de unidades flexíveis. Por sua vez, a Câmara Municipal de Mondim de Basto aprovou em 13 de setembro de 2016 a substituição de uma divisão por duas unidades, resultando daí a seguinte estrutura:

- a. Gabinete de Serviços Integrados da Presidência (1) - liderada por um titular de cargo de direção intermédia de 3.º grau, criada nos termos do n.º 1 do art.º 21 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto (prever mas não prover) – Chefe de Unidade;
- b. Divisão Administrativa e Financeira (2) – liderada por um titular de cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão;
- c. Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território (3) - liderada por um titular de cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão;
- d. Unidade de Desenvolvimento Social (4) - liderada por um titular de cargo de direção intermédia de 3.º grau – Chefe de Unidade;
- e. Unidade de Administração do Território (5) - Liderada por um titular de cargo de direção intermédia de 3º grau – Chefe de Unidade;
- f. Unidade de Conservação do Território (6) – Liderada por um titular de cargo de direção intermédia de 3º grau – Chefe de Unidade.

A figura seguinte evidencia o organigrama em vigor.





2.3 Síntese das Atividades Desenvolvidas

2.3.1 Trabalhos por Administração Direta

TRABALHOS de MANUTENÇÃO de VIAS MUNICIPAIS

Limpeza de bermas e valetas numa extensão aproximada de 90 000.00 metros lineares em estradas e caminhos, no concelho
Trabalhos beneficiação e manutenção de valetas, regos de rega e aquedutos, no concelho
Correção de troços para drenagem de águas pluviais, em vários locais no concelho
Limpeza de terras provenientes da queda de taludes, em vários locais do concelho
Reposição de pavimento em vias, resultante de vários tipos de intervenções, no concelho
Aplicação de massa betuminosa a frio
Apoio ao Serviço Municipal de Proteção Civil (condições meteorológicas adversas)

TRABALHOS de MANUTENÇÃO nas INFRAESTRUTURAS de ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO E ÁGUAS PLUVIAIS

Abertura de vala e instalação de conduta adutora de água em Vilarinho
Finalização dos trabalhos de infraestruturas para funcionamento do novo sistema de abastecimento de água em Vilarinho
Beneficiação dos tanques de decantação de apoio ao reservatório de Piscaredo, Serra e Pedravedra
Realização de ligações de reforço entre sistemas de abastecimento de água.
Instalação de conduta de distribuição de água, numa extensão de cerca de 500mts, com a colocação de bocas de incêndio e respetivos ramais domiciliários - Fundo de Vila, Vilarinho
Realização de serviços de execução de novos ramais domiciliários à rede de abastecimento de água
Execução de serviços de mudança de contadores de lugar, a pedido do consumidor, cumprindo os trâmites habituais
Instalação de contadores de consumo de água
Reparação de roturas de água, em redes adutoras e de distribuição de água de abastecimento
Serviço de limpeza e vazamento de fossas
Realização de serviços de execução de novos ramais domiciliários à rede de coletores de saneamento
Trabalhos de fixação de tampas, beneficiação e manutenção de caixas de saneamento e águas pluviais
Manutenção de grelhas e correção de drenagem de águas pluviais na Vila

2.3.2 Empreitadas Adjudicadas

Designação da empreitada	Adjudicatário	Preço contratual (C/ IVA)
Beneficiação parcial da EF de Suidros e do Caminho Baldieira	Higino Pinheiro & Irmão S.A.	6 958,90
Beneficiação de envidraçados no pré-escolar de Mondim de Basto	Ani-Engenharia Lda	3 763,00
Execução de muros de suporte em Carvalhais, Travassos e Tevão	Fisgaxisto, Lda	35 731,54
Toponímia da vila de Mondim de Basto	SNSA, Lda	8 572,50
Reforço de iluminação na Zona Verde	SILFA ENERGIA ELETRICIDADE, LDA	15 583,79
Pavimentação do lugar da Cainha a Vilar de Ferreiros e Pedra Alta	HIGINO PINHEIRO & IRMÃO, SA	46 558,38
Beneficiação a cubos de arruamento e caminhos - 2016	F.Melo - Soc. de Construções, Lda	28 564,30
Trabalhos de construção civil - 2016	Planibasto - Construção e Investimentos Imobiliários Lda	27 801,68
Repavimentações em Fundo de Vila-Vilarinho	Fisgaxisto, Lda	61 235,00
Execução de furos horizontais	Georocha, Lda	9 130,00
Reparações do sistema AVAC no edifício da Câmara, Assembleia e Centro Escolar	Cimagom - Avac e Equipamento Hoteleiro Lda	20 554,26
Cobertura da entrada do Centro Escolar	CREC - Engenharia e Construções Lda	14 747,57
Correção das patologias detetáveis nas coberturas dos pavilhões A,B,C e D do estabelecimento escolar EB2,3/S de Mondim de Basto	COSTEIRA - EMPREITEIROS SA	157 269,90
Lote 1 - Beneficiação da cobertura das instalações sanitárias da Feira	Contruções Feliciano Meireles, Lda.	1 325,00
Lote 2 - Beneficiação do pavimento do edifício de apoio de apoio ao mini-golf	Contruções Feliciano Meireles, Lda.	975,00
Lote 4 - Trabalhos de beneficiação na Casa da Eira	Planibasto - Construções e Investimentos Imobiliários, Lda	11 000,00
Lote 5 - Correção de patologias na Casa da Cultura	Planibasto - Construções e Investimentos Imobiliários, Lda	10 850,00
Reformulação de drenagem de águas pluviais em Campos e Cainha - EM1191, Vilar de Ferreiros	Higino Pinheiro & Irmão, S.A.	9 916,30
Execução de novos furos para captação de água no lugar de Paço - Ermelo	GEOROCHA, LDA	8 593,95
Beneficiação e limpeza dos poços de captação de água dos sistemas de abastecimento da Sra. Da Piedade	GEOROCHA, LDA	19 441,46
Beneficiação da rua do Rio em Atei	Fisgaxisto, Lda	89 040,00

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and various scribbles.]

Execução de trabalhos de integração de equipamentos na ETAR de Mondim de Basto	OVAVA, ENGENHARIA LDA	31 793,64
Execução de instalações de controlo de pressão na rede de abastecimento de água de Vilarinho	OVAVA, ENGENHARIA LDA	17 446,54
TOTAL		642 427,21

2.3.3 Candidaturas apresentadas a Fundos Comunitários

Mondim Coopera

Código Operação	Estado	Data Submissão	Custo Total	Investimento não elegível	Investimento elegível
NORTE-02-0853-FEDER-000102	Submetida	18/04/2016	489.125,61€	10.274,10€	478.851,51€

Resumo: O projeto "Mondim Coopera", em parceria com o Núcleo Empresarial de Mondim de Basto compõe-se por um conjunto de ações com o objetivo de qualificar as PME's dos setores agroalimentar, restauração, alojamento, turismo e a indústria extrativa – granito em especial, para a aposta em fatores de inovação, diferenciação e a sensibilização para estes fatores como fatores críticos de competitividade, não só para as empresas mas também para um território de baixa densidade, como é o caso de Mondim de Basto.

Atividades previstas:

- i. Desenvolver a cooperação Multissetorial das empresas de Mondim de Basto através da realização de 4 encontros empresariais temáticos ("Mondim Coopera para a internacionalização"; "Mondim Coopera para a Qualificação"; "Mondim coopera para Desenvolver"; "Mondim Coopera para Crescer") e criação de plataforma/rede de cooperação online;
- ii. Realizar a Bienal do Granito;
- iii. Promover as atividades agroalimentares, restauração, hotelaria e turismo no espaço rural através da realização da "Feira da Terra" (2 edições);
- iv. Gestão e execução do projeto - Interna e externa;
- v. Capacitar os empresários para a gestão e desenvolvimento de negócios em territórios de baixa densidade, através da disponibilização de serviços de consultoria nas áreas da gestão.

Mondim de Basto – Um Destino por Natureza

Código Operação	Estado	Data Submissão	Custo Total	Investimento não elegível	Investimento elegível
NORTE-04-2114-FEDER-000078	Aprovada	31/03/2016	395.715,60€	176.591,1€	219.124,50€

Resumo: A criação de uma identidade própria fará com que Mondim de Basto e os seus ativos naturais se transformem numa marca, estrategicamente colocada no mercado. Para isso é importante entender e saber o que quer coletivamente e o que ela representa sendo o maior desafio alinhar todos os stakeholders. Uma visão comum assente em turismo de natureza, mudança na perceção do lugar e imagem de excelência são objetivos que o Município pretende alcançar.

Atividades previstas:

- i. Desenvolvimento da Estratégia de Posicionamento Territorial de Mondim de Basto;
- ii. Promoção de Marca (Conceito);
- iii. Concretização de Ações de Impacto e Visibilidade (Realização de dois eventos de projeção nacional);
- iv. Candidatura das Fisgas do Ermelo a Património Natural da Unesco;
- v. Gestão e Monitorização do Projeto

Mondim – Montanha de Emoções

Código Operação	Estado	Data Submissão	Custo Total	Investimento não elegível	Investimento elegível
NORTE-04-2114-FEDER-000089	Aprovada	31/03/2016	136.271,89€	12.093,75€	124.178,14 €

Resumo: A operação pretende afirmar o concelho num destino de turismo de natureza de excelência, tirando partido património natural, inserido em áreas classificadas do Parque Natural do Alvão e Rede Natura 2000.

A linha condutora da operação é a valorização dos produtos turísticos: miradouros, percurso pedestre e estradas panorâmicas através da implementação do projeto Bike Road numa ótica de preservação e proteção das áreas protegidas e classificadas.

Atividades previstas:

- i. Execução do Percurso Pedestre Fisgas de Ermelo (PR3);
- ii. Execução de miradouros no concelho de Mondim de Basto, por forma a completar a sua rota de miradouros;
- iii. Implementação do projeto Bike Roads.

Aproveitamento de Regeneração Natural do Monte de Paradela

Código Operação	Estado	Data Submissão	Custo Total	Investimento não elegível	Investimento elegível
PDR2020-815-019255	Aprovação condicionada à hierarquia	29/02/2016	114.201,52€	0,00€	107.737,28€

Resumo: Foi submetida ao PDR 2020, na sua medida 8.1.5 um projeto de "Aproveitamento de regeneração natural do Monte de Paradela". É proposta uma área florestal, propriedade do Município de Mondim de Basto, ocupada por regeneração natural de pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), com uma idade média de 11 anos e uma altura média de 4 m, proveniente de um incêndio ocorrido em 2005.

Como tal, trata-se de um povoamento sobrelotado mas em bom estado fitossanitário.

Com alguma representatividade e aparecendo em forma descontínua o extrato arbustivo constituído maioritariamente por carqueja, urze e giesta.

A área proposta caracteriza-se por apresentar declives variáveis, mais acentuados nas zonas limítrofes da mesma.

Atividades previstas:

- iv. Redução de densidades excessivas;
- v. Controlo da vegetação espontânea total;
- vi. Desramação;
- vii. Beneficiação de caminhos;
- viii. Beneficiação de aceiro.

Terras de Basto – Iniciativas para o Acolhimento Empresarial

Código Operação	Estado	Data Submissão	Custo Total	Investimento não elegível	Investimento elegível
NORTE-02-0853-	Submetida	29/01/2016	15.000.000,00€	0,00€	15.000.000,00€

FEDER-
000043

Resumo: A operação visa a construção da ligação rodoviária da Variante do Tâmega (EN 210) a Mondim de Basto. A implementação desta operação implica a aquisição de serviços para o desenvolvimento dos estudos e projetos indispensáveis à construção da mesma e a aquisição de serviços de empreitada. O objetivo primordial da operação é fomentar o desenvolvimento e a competitividade das PME locais e, inerentemente, a coesão económica e social de Mondim de Basto.

Atividades previstas:

- i. Obra;
- ii. Fiscalização.

PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Local

Código Operação	Estado	Data Submissão	Custo Total	Investimento não elegível	Investimento elegível
POISE-02-3220-FSE-000286	Aprovada	29/12/2015	76.367,04€	0,00€	76.367,04€

Resumo: Pretende-se promover as competências profissionais de oito jovens em situação de desemprego, possibilitando a sua integração em contexto real de trabalho; Apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho; Melhorar o respetivo perfil de empregabilidade e promover a respetiva inserção profissional.

Atividades previstas:

- vi. Oito Estágios Profissionais no Município de Mondim de Basto

Planos de Ação de Regeneração Urbana

Código Operação	Estado	Data Submissão	Custo Total	Investimento não elegível	Investimento elegível
NORTE-16-2016-10-025	Aprovada	26/11/2016	1.096.957,00€	0,00€	1.096.957,00€

Resumo: Através do Plano de Ação de Regeneração Urbana, a Câmara Municipal de Mondim de Basto apresenta a sua estratégia para as ações a desenvolver no âmbito da prioridade de investimento (PI) 6.5. Os objetivos específicos, afetos a esta prioridade, que terão efeito na Área de Reabilitação Urbana de Mondim de Basto, visam a promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística dos territórios de baixa densidade e de ocupação dispersa enquanto fator de diferenciação e afirmação regional.

Com a presente operação pretende-se levar a cabo a prossecução das políticas de qualificação ambiental, paisagística e urbanística, representando impactos positivos no que respeita á melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Atividades candidatas por grau de prioridade:

- i. Reabilitação e Ampliação da Casa da Cultura;
- ii. Reabilitação do Mercado;
- iii. Requalificação do espaço público envolvente ao Mercado
- iv. Requalificação do espaço público do aglomerado do Pousadouro/Reta da Pena;
- v. Requalificação do espaço público do aglomerado do Monte da Barca;
- vi. Requalificação do espaço público do aglomerado do Montenadouro;
- vii. Animação Urbana.

Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária de Mondim de Basto

Código Operação	Estado	Data Submissão	Custo Total	Investiment o não elegível	Investimento elegível
NORTE-08-5673-FEDER-000074	Submetida	14/12/2016	2.500.000,00 €	0,00€	2.500.000,00€

Resumo: Com a implementação da presente operação pretende o Município de Mondim de Basto solucionar as patologias identificadas no edificado existente, bem como, dotar os espaços da funcionalidade atualmente exigida para tirar partido do melhor aproveitamento dos espaços. As obras de ampliação e requalificação agora projetadas melhorarão significativamente a qualidade das instalações escolares no que respeita à organização interna dos seus espaços (funcionalidade), aos critérios de segurança, às exigências de acessibilidades e à eficiência energética.

Atividade prevista:

- i. Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária de Mondim de Basto.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Elaboração de Cadastro das Infraestruturas existentes nos Sistemas de Abastecimento de Água no Município de Mondim de Basto

Código Operação	Estado	Data Submissão	Custo Total	Investimento não elegível	Investimento elegível
POSEUR-03-2012-FC-000114	Não aprovada	30/10/2015	142.176,00€	0,00€	142.176,00€

[Handwritten notes: "Não é elegível" and initials]

Resumo: A presente Operação visa a elaboração de cadastro dos sistemas em baixa de abastecimento de água (AA) do Município de Mondim de Basto bem como, a respetiva integração e gestão numa plataforma WEBSIG.

No final da operação o Município de Mondim de Basto estará dotado do cadastro sobre a totalidade das infraestruturas existentes de AA, nomeadamente redes, ramais, condutas, captações, reservatórios e outros elementos integrados numa plataforma WEBSIG, que possibilita a gestão das redes, nomeadamente ao nível dos processos de manutenção, reabilitação, planeamento, atualização de dados e outras funcionalidades. A plataforma WEBSIG será dotada de web services que permitem a integração com os sistemas de gestão de clientes (CRM), sistema financeiro (ERP) e sistema de gestão de ocorrências, permitindo igualmente a interoperabilidade com diferentes fontes de dados, nomeadamente instrumentos de planeamento territorial, bem como o acesso e a partilha de dados com outras entidades.

Atividades previstas:

- i. Definição de âmbito, coordenação e requisitos;
- ii. Elaboração de cadastro dos AA;
- iii. Implementação da plataforma WEBSIG para uma gestão colaborativa dos sistemas de AA e AR;
- iv. Planeamento, operação e monitorização dos sistemas de abastecimento e águas residuais.

2.3.4 O Serviço Municipal de Proteção Civil

O Serviço Municipal de Proteção Civil, criado no mês de setembro do ano de 2015, no qual estão integrados o Gabinete Técnico Florestal (GTF) e a Equipa de Sapadores Florestais (ESF27-115), prosseguiu, durante o ano de 2016, a sua missão de garantir, em concordância com os valores da competência, transparência e personalização, na área do Município de Mondim de Basto, o cumprimento da legislação e regulamentos que disciplinam matérias relativas às atribuições da autarquia e da competência do seus órgãos, numa lógica de

proximidade, bem como executar a política municipal de segurança nos domínios respeitantes à proteção civil e florestas.

Manteve-se assim a presença da proteção civil municipal quer junto à comunidade escolar quer junto à comunidade em geral, com a realização da semana da proteção civil, com as comemorações do Dia da Árvore, com a adesão à iniciativa Plantar Portugal e com ações de sensibilização, fiscalização e vigilância nos eventos Vodafone Rally de Portugal e Volta a Portugal em Bicicleta.

Na semana da Proteção Civil, que decorreu entre os dias 1 e 4 de março, foram realizadas as iniciativas "Quartel Aberto aos Alunos do Agrupamento Vertical de Escolas", com o intuito de dar a conhecer o papel dos Bombeiros Voluntários e os meios que têm ao seu dispo para servir a população e o território; campanha de sensibilização à comunidade em geral, no Largo da Feira, sobre a temática "Defesa da Floresta Contra Incêndios", que consistiu na distribuição de *flyer's* informativos à população pelos funcionários do SMPC, GIPS da GNR e Bombeiros Voluntários; Formação de Suporte Básico de Vida aos funcionários do Município e ainda exercício/simulacro de Acidente Rodoviário. Todas estas iniciativas tiveram a preciosa colaboração da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto e da Guarda Nacional Republicana.

As comemorações do Dia da Árvore em 2016 foram um pouco mais além do que tem vindo a ser habitual. Optou-se por realizar uma exposição de viaturas de combate a incêndios florestais e de uma viatura de comando tático que puderam ser visitadas e sobre as quais foi explicado o seu funcionamento; foi também realizada uma caminhada junto a uma mancha florestal com prévia plantação de folhosas autóctones e, durante a tarde o dia foi dedicado aos mais novos com a projeção de filmes sobre a floresta, realização de jogos didáticos e construção de uma árvore de balões.

A iniciativa Plantar Portugal foi concebida para ser um dois em um, isto é, para além da plantação de folhosas autóctones, procedeu-se à recuperação de um espaço que, inadvertidamente, se estava a tornar um depósito de sobrantes e outro tipo de lixos, não autorizado, localizado no sopé do Monte de Nossa Sr.^a da Graça.

Para assegurar os eventos mencionados nos dois parágrafos anteriores, é realizada anualmente uma candidatura ao projeto "Floresta Comum". No ano de 2016, decorrente dessa candidatura, foram atribuídas ao Município de Mondim de Basto 3500 árvores: medronheiros, bidoeiros, nogueira preta e carrasco.

Este serviço realizou ainda uma Montaria ao Javali, prevista no Plano Anual de Exploração da Zona de Caça Municipal, que é elaborado anualmente, bem como colaborou ativamente na realização dos eventos Feira da Terra e Feira de Ano.

O SMPC participou ainda em ações preventivas de salubridade, fiscalizando casas e terrenos e anomalias em vias municipais, para constatação do (in)cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/20016 de 14 de janeiro, bem como da Lei n.º 65/2007 de 12 de novembro.

O quadro seguinte apresenta uma súmula dessa atividade em 2016, dizendo apenas respeito a notificações que foram efetivadas por escrito. Existem diversos casos que são resolvidos apenas com um telefonema escusando-se a necessidade de realização de notificação escrita.

Total de notificações

Terrenos por limpar	Árvores em risco	Outras	TOTAL
8	3	6	17

São objetivos da Proteção Civil:

- Prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofes deles resultantes;
- Atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos no caso de acidente grave ou de catástrofe;
- Socorrer e assistir pessoas e outros seres vivos em perigo, proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público;
- Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe.

Durante o ano de 2016, e tendo por base os pilares essenciais da atuação da Proteção Civil na esfera das competências municipais, este serviço desenvolveu as suas competências em prol do bem estar, segurança e conforto da comunidade.

Procurou-se garantir o apoio a todas as solicitações nos mais variados domínios de proteção civil. A prevenção de situações de risco, o auxílio e o socorro prestados são a mais valia deste serviço municipal. Planear e projetar cenários permite a consciencialização e preparação para

a atuação dos vários agentes de proteção civil, tornando este serviço diferenciador dos demais intervenientes em situações de acidente grave ou catástrofe.


Planeamento

É um pressuposto elementar da proteção civil atuar na prevenção, criando condições para que os acidentes não ocorram, planeando antecipadamente os procedimentos a adotar em situações de emergência. Nesse sentido, o SMPC desenvolve, atualiza e implementa instrumentos de planeamento, gestão, socorro e reposição da normalidade que permitem responder de forma eficaz e eficiente a toda e qualquer situação de acidente grave ou catástrofe que ocorra dentro da área do Município.

Assim, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mondim de Basto, aprovado pela Resolução n.º 32/2016 de 21 de outubro, é o principal documento de planeamento de emergência municipal, representando a sistematização de um conjunto de normas e regras procedimentais destinadas a evitar ou a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe, que possa ocorrer numa determinada área municipal ou em todo o Município. Este documento, de caráter geral, identifica os riscos de origem natural ou de ação antrópica, com probabilidade de ocorrência significativa no concelho, dos quais podem resultar acidentes graves ou catástrofes.

Para além do PMEPC, foi realizado e aprovado pela Comissão Municipal de Proteção Civil em 2015, de acordo com as instruções do Centro Distrital de Operações de Socorro (CDOS) no que às missões das estruturas e organizações intervenientes diz respeito, continuando em vigor no ano de 2016 o Plano de Operações Municipal para Condições Meteorológicas Adversas – Neve e Gelo, que tem como objetivos:

- Aumentar a capacidade e a rapidez de intervenção dos meios disponíveis no concelho;
- Identificar os pontos críticos para aplicação de sal;
- Identificar as prioridades na desobstrução de vias após a queda de neve;
- Minimizar as consequências da queda de neve e formação de gelo nas principais vias concelhias no inverno;
- Evitar o isolamento das populações por períodos superiores a 12 horas;
- Evitar a retenção prolongada dos automobilistas nas vias estruturantes do Município de Mondim de Basto;
- Garantir o apoio logístico às operações que decorram na área do Município de Mondim de Basto;

- 
- Prever uma zona de recolha (alojamento e alimentação) para apoio a populares que se encontrem retidos pela neve;
 - Assegurar a articulação dos diferentes agentes de proteção civil do concelho de Mondim de Basto;
 - Assegurar a direção e a coordenação das operações de proteção e socorro e das medidas excecionais que venham a ser tomadas em consequência de um forte nevão, no respeito pelas diferentes atribuições e competências de cada agente de proteção civil envolvido;
 - Assegurar o restabelecimento das condições da normalidade após a ocorrência de fortes nevões e formação de gelo.

No que à Defesa da Floresta Contra Incêndios concerne, foi realizado o Plano Operacional Municipal (POM), aprovado em sede de Comissão Municipal. O POM que tem como principal objetivo a identificação e operacionalização de todo o dispositivo de defesa da floresta contra incêndios presente e com responsabilidade direta de intervenção no concelho de Mondim de Basto. Para a concretização deste objetivo, este documento apresenta uma inventariação de todos os recursos humanos e materiais de prevenção, vigilância, primeira intervenção, combate, rescaldo e pós-rescaldo, existentes no concelho, bem como identifica o modo de articulação entre os diversos intervenientes. Desta forma, pretende-se garantir uma primeira intervenção no menor período de tempo possível, sendo objetivo específico, o tempo do ataque inicial ser inferior a vinte minutos. Este Plano pretende garantir a atuação coordenada de todos os agentes de Defesa da Floresta Contra Incêndios e em todas as situações. Por forma a garantir o cumprimento do objetivo específico determinado no POM, o Município, através da CIM do Ave, realizou uma candidatura ao POSEUR, Aviso 10-2016-75, que consiste na beneficiação da rede viária florestal de acesso a pontos de água de 1.ª ordem.

É de salientar o facto de o Município de Mondim de Basto ter já a 2.ª versão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios aprovado desde 28 de agosto de 2015, competindo a este serviço, através do GTF, a verificação do cumprimento do disposto neste Plano.

Sendo o Município detentor de uma mancha florestal com cerca de 280 hectares, foi também no ano de 2016, realizado o Plano de Gestão Florestal (PGF) para o Monte de Paradela. Este PGF é uma ferramenta-chave para alcançar os objetivos de salvaguarda e desenvolvimento dos recursos florestais (e naturais) à perpetuidade e de maximização do rendimento da exploração e dos proprietários florestais, assegurando simultaneamente a correta aplicação dos vultuosos fundos públicos anualmente atribuídos ao setor florestal. Daqui decorrente foi realizada uma candidatura ao PDR2020, Operação 8.1.5 «Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas» para o prédio em apreço.

Socorro e Salvamento

O Serviço Municipal de Proteção Civil funciona 24 horas, 365 dias por ano e é acionado através do n.º 961 953 486, através dos Bombeiros Voluntários ou através da Guarda Nacional Republicana.

Das intervenções efetuadas destacam-se os deslizamentos de terras/derrocada de taludes e a inundação das vias municipais causadas por fenómenos naturais.

O SMPC encontra-se em permanente articulação com os demais agentes de proteção civil, com destaque para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto e para a Guarda Nacional Republicana, com o intuito de dar uma resposta eficaz e eficiente às ocorrências, minorando os efeitos para as populações e bens.

Ocorrências com a participação do SMPC

Tipo de Ocorrência	Total
Deslizamento de terras/derrocada de talude	29
Inundação de vias municipais por obstrução de valetas/aquedutos causada por fenómenos naturais	25
Queda de árvores (n.º de ocorrências)	8
Derrame de combustível/óleo nas vias públicas	21
Queda de muro ou elementos de habitação	4
Aluimento de piso	3
Queda de neve	4
Incêndios Florestais	14
Destruição de ninhos de <i>Vespa velutina nigrithorax</i>	40
Total de Intervenções do SMPC	148

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

A destruição de ninhos de *Vespa velutina nigrithorax* (vulgo vespa asiática) é um procedimento realizado pelos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto, com a supervisão do SMPC. Esta destruição só é realizada após a verificação técnica da existência de vida e da efetividade de se tratar de um ninho de Vespa velutina.

No Município de Mondim de Basto, a destruição de ninhos desta espécie teve início no ano de 2014, e cada vez mais o problema tem vindo a agravar-se, com um aumento exponencial dos ninhos destruídos.

Na tabela abaixo podemos constatar a evolução no triénio 2014/2016.

Evolução dos ninhos de vespa destruídos no triénio 2014/2016

Ano	Total de ninhos destruídos
2014	2
2015	5
2016	40

Sapadores florestais

A equipa de sapadores florestais ESF 27-115, afeta ao Município, teve no ano de 2016, 232 dias de serviço efetivo, dos quais 116 foram destinados ao serviço normal e 116 ao serviço público.

Entende-se por serviço público todas as ações de Apoio ao Combate a Incêndios Florestais, 1.ª Intervenção em Incêndios Florestais, Rescaldo, Vigilância Pós-Rescaldo, Vigilância em caso de alerta durante o período crítico, Formação, e Ações de Silvicultura realizadas em terrenos sob a cogestão do Estado. Também o trabalho prestado enquanto agentes de proteção civil é contabilizado como serviço público.

No que diz respeito ao serviço normal, a prestação da equipa encontra-se descrita no quadro abaixo.

Serviço normal da esf 27-115

Ação	Total
Silvicultura – faixas de gestão de combustível da rede secundária	35,40 ha
Ações de (re)arborização	2,48 ha
Recolha e queima de resíduos	5 ha

Zona de Caça Municipal

A Zona de Caça Municipal (ZCM), com o processo n.º 2584-ICNF, é gerida pela técnica responsável pelo GTF. No ano de 2016, destacam-se neste setor a manutenção do Posto de Criação de Perdizes, com o apuramento de um efetivo de 80 indivíduos utilizados para repovoamento da Zona de Caça; as ações de avaliação de prejuízos causados pelo javali nas culturas agrícolas, que no ano de 2016, perfizeram um total de 28 avaliações nas diferentes freguesias do concelho; e a realização da habitual montaria ao javali que contou com a presença de 107 caçadores.

Outras Atividades

Para além das atividades supra mencionadas o SMPC participa também ativamente noutros projetos de interesse para o Município, tal como a implementação da Rede de Percursos Pedestres, através da realização dos conteúdos para os painéis informativos/interpretativos, limpeza e manutenção dos mesmos; acompanhamento do projeto da Horta Comunitária e Pedagógica de Mondim de Basto com a atualização permanente dos usufrutuários, entrega de talhões abandonados e limpeza do espaço; participação no grupo de trabalho da candidatura das Fiskas de Ermelo a Património Natural da Humanidade da UNESCO; e realização do Regulamento de Concessão de Regalias Sociais aos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto.

2.3.5 Ação Social

Loja Social

Trata-se de um projeto de intervenção e de apoio social que visa promover melhores condições de vida às pessoas em situação de maior vulnerabilidade económica e social.

Consiste na disponibilização de alimentos, vestuário, calçado e mobiliário, que tenham sido doados por particulares ou empresas aos referidos agregados. A Loja Social foi já procurada por mais de 317 famílias, sendo ainda 183 apoiadas mensalmente, existindo outras apoiadas temporariamente e com carácter de urgência social.

Banco Local de Voluntariado

O Banco Local de Voluntariado de Mondim de Basto tem como entidade enquadradora o Município de Mondim de Basto, que acolhe inscrições de pessoas interessadas em fazer voluntariado e enquadra-as nas entidades que pretendam acolher voluntários para o desempenho de atividades variadas. Neste momento existem cerca de 50 voluntários inscritos.

Programa “Apoio à Criança”

Medida social de apoio direto ao recém-nascido, que visa o seu bem-estar na alimentação e higiene, através da garantia de disponibilização aos progenitores de um conjunto básico essencial de bens, até aos 2 anos e meio de idade. Foram apoiadas em 2016, no âmbito desta medida 38 recém-nascidos.

Oficina Móvel Municipal

Este projeto, resultante de uma candidatura apresentada junto da EDP, consiste na prestação de apoio domiciliário para a realização de pequenas reparações domésticas, entregas domiciliárias e colaboração na organização doméstica, a levar a cabo nas habitações dos beneficiários devidamente identificados. Esta Medida Social pretende devolver aos beneficiários: idosos, carenciados e/ou pessoas portadoras de deficiência, não apenas conforto e alguma qualidade de vida, mas principalmente dignidade.

Foram apoiadas em 2016, cerca de 35 agregados no âmbito desta medida.

Medidas Contrato Emprego Inserção e Emprego Inserção +

A Câmara realiza anualmente várias candidaturas a estas medidas promovidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, com o intuito de integrar cidadãos beneficiários do subsídio de desemprego ou rendimento social de inserção, no mercado de trabalho, bem como auxiliar no desenvolvimento de tarefas, especialmente na área da educação. Em 2016, a Câmara acolheu 29 beneficiários.

Plano de Ação da Rede Social

A Rede Social de Mondim de Basto integra 25 parceiros, que reúnem periodicamente para discutir em ambiente de partilha as questões sociais do concelho e seus habitantes. Existe um Núcleo Executivo da Rede Social, constituído por 6 parceiros, que reúnem mais assiduamente para discutir e propor soluções para as problemáticas. Por sua vez, o CLAS – Conselho Local de Ação Social, reúne ordinariamente 3 vezes por ano, para enquanto órgão consultivo, pronunciar-se sobre as propostas do Núcleo Executivo e vindas de entidades externas à Rede. Ainda realiza e aprova o Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e o Plano de Ação da Rede, onde estão identificadas as problemáticas a intervir e modos de contribuir para a resolução ou minimização dos impactos negativos dessas mesmas problemáticas. Destacamos o Desfile de Carnaval, Almoço de Idosos, Dia Internacional do Idoso, bem como outras atividades desenvolvidas em parceria com a equipa do NLI, CPCJ e aquelas que foram acontecendo em conjunto com as várias associações concelhias.

Ação Social Escolar

Os Municípios de entre vários princípios, visam a prossecução de interesses próprios dos respetivos munícipes e por isso dispõem de uma parcela alargada de atribuições legais que integram a Educação e a Ação Social. Em seguimento desta linha orientadora, o Município entendeu compartilhar nas despesas escolares dos alunos, inerentes à frequência das aulas do ano letivo 2016/17, designadamente:

Alunos com escalão A e B – aquisição gratuita dos manuais escolares e um vale material escolar no valor de treze euros; Alunos com escalão C – comparticipação de cinquenta por

cento nos manuais e um vale material escolar no valor de seis euros e cinquenta cêntimos. O número de alunos apoiados na aquisição de manuais e material escolar no ano letivo de 2016/17 foram de cento e trinta e seis nos escalões A e B e de oitenta e um para o escalão C.

Handwritten notes in blue ink:
D
M.

- ()

#

Recuperação de Habitações Degradadas

Um projeto implementado em fevereiro de 2011, que visa melhorar as condições de habitabilidade de algumas famílias carenciadas do concelho, com vista á progressiva melhoria da qualidade de vida de toda a população mais carenciada. Em 2016, foram apoiadas um total de 5 processos.

Transporte de Doentes

Um apoio implementado em abril de 2014, que tem como objetivo o transporte organizado e gratuito da população economicamente carenciada para os estabelecimentos e serviços de Sistema Nacional de Saúde ou entidades com contrato ou convenção para prestação de cuidados de saúde, os números de processos apoiados em 2016 e que atualmente se encontram ativos são cerca de duzentos e vinte e cinco.

Cultura

Em 2016 o município de Mondim de Basto ao programar a sua atividade cultural teve como principal premissa a abrangência de todos os estratos sociais e faixas etárias da população do concelho, promovendo ou apoiando atividades que pretenderam perpetuar e valorizar as tradições culturais do concelho e ao mesmo tempo introduzir atividades com um cariz mais contemporâneo. Toda a ação foi desenvolvida num espírito de compromisso entre aquilo que se acredita ser a competência autárquica ao nível cultural e os constrangimentos financeiros que atravessamos.

Museu Municipal

O Museu Municipal de Mondim de Basto é um equipamento cultural concelhio que tem como objetivo fundamental constituir-se como repositório do património e da memória histórico-

cultural do Município de Mondim de Basto, extraindo dos testemunhos que reúne, uma visão global do território e do homem através dos tempos. São as seguintes as áreas temáticas representadas no museu: Arqueologia, Etnografia/Ruralidades, geologia e a cultura do azeite.

O acesso ao Museu é gratuito e a sua visita é guiada por um técnico.

Biblioteca Municipal

A Biblioteca Municipal de Mondim de Basto procura apresentar-se, desde a sua inauguração no dia 31 de julho de 2013, como uma instituição ao serviço da comunidade mondinense.

Num concelho de baixos índices de escolaridade, esmagado pelo anátema da interioridade, pretende assumir-se como uma instituição cultural de referência para a população escolar de Mondim. Numa primeira fase, será esta a sua maior vocação, não esquecendo, no entanto, a comunidade em geral. Numa fase posterior, já implementada ao nível concelhio, pretenderá assumir-se como uma instituição de referência a nível regional. No entanto, Mondim não possui tradições de leitura. A população não enraizou hábitos de leitura ao longo dos últimos cinquenta anos. Por conseguinte, o desafio é enorme. Foi então, no sentido de encurtar a distância a uma plena implementação de uma sociedade da informação e do conhecimento no nosso concelho, que a Biblioteca Municipal desenvolveu, durante o ano de 2016, um conjunto de atividades.

Apoio ao Associativismo Desportivo:

Em 2016 foram abertas candidaturas para os Programas de Apoio ao desporto de rendimento: competição/prática desportiva não profissional e Programa de Apoio ao desporto de rendimento: formação desportiva – atividade regular.

Centro Desportivo

Projeto de dinamização desportiva que conta com atividades destinadas a séniores (Atividade Física Sénior) e atividades para a população em geral (Mexa-se). Dinamizado por professores de Educação Física, oferece duas vezes por semana atividades a estes grupos. O CDM manteve em 2016 a sua abrangência às aldeias do concelho, abrangendo atualmente um total de trezentos adultos e idosos.

3 RESUMO dos ASPETOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO DE 2016

Neste ponto apresenta-se um resumo dos aspetos mais relevantes da prestação de contas, que se encontram detalhados e explicados ao longo do relatório.

1. No ano 2016 o orçamento inicial do município foi de 7 940 932,00 €, assim distribuído:

- Receitas correntes no valor de 7 133 103,47€;
- Receitas de capital no valor de 804 828,53 €;

Ao longo do ano 2016, o orçamento teve um acréscimo total de 1 632 327,91 € resultante da incorporação do saldo da gerência de 2015, no valor de 1 301 040,91 €, sendo o restante relativo à atualização do valor das transferências do Estado, ficando o orçamento final no valor de 9 573 259,91 €.

2. As receitas arrecadadas pelo município em 2016 ascenderam a 9 398 917,51 €, sendo 7 171 903,11 € relativo a receitas correntes; 903 571,99 € relativo a receitas de capital e 1 323 442,41 € relativo a outras receitas.

3. Principais fontes de receita:

Quadro 1 Principais fontes de receita

Fontes de receita	Receita Cobrada	Peso
Impostos diretos	640 222,96	6,81%
Impostos indiretos	1 753,08	0,02%
Taxas, multas e outras penalidades	92 784,20	0,99%
Rendimentos de propriedade	263 797,85	2,81%
Transferências correntes	5 738 547,94	61,06%
Venda de bens e serviços correntes	420 966,74	4,48%
Outras receitas correntes	13 830,34	0,15%
Transferências de capital	903 571,99	9,61%
Outras receitas	22 401,50	0,24%
Saldo gerência anterior	1 301 040,91	13,84%
TOTAL	9 398 917,51	100,00%

FONTE: Mapa de execução da receita (€)

4. Em 2016, os movimentos de entrada de operações de tesouraria¹ foram de 522 365,41€ e os movimentos de saída ascenderam a 583 377,00€. O valor do saldo transitado de 2015 foi 450 453,38 € e o saldo final de operações de tesouraria que transita para 2017 é 389 441,79€.

5. Principais agregados da despesa

Quadro 2: Principais agregados da despesa

Tipos de despesa	Despesa paga	Peso
Despesas com o Pessoal	2 519 756,82	30%
Aquisição de bens e serviços correntes	2 031 122,45	24%
Juros e outros encargos	171 497,77	2%
Transferências correntes e subsídios	616 591,45	7%
Amortizações	1 526 058,40	18%
Transferências de capital	209 943,41	2%
Ativos Financeiros	62 039,00	1%
Investimento	1 288 449,86	15%
Outras despesas	9 486,88	0%
Total	8 434 946,04	100%

FONTE: Mapa de execução da despesa (€)

¹ São consideradas como operações de tesouraria as cobranças realizadas destinadas a terceiros.

6. Dívidas a Terceiros

Quadro 3: Composição da dívida a terceiros

Descrição	2016
Fornecedores C/c	56 531,76
Fornecedores de Imobilizado	0,00
Outras dívidas de curto prazo	12 454,38
Empréstimos de curto prazo (valores a pagar no ano n+1)	1 571 349,63
Dívida de M/L prazo (empréstimos a pagar a partir do ano n+2)	7 722 683,61
Outras dívidas de m/l prazo	73 166,91
Total da Dívida	9 436 186,29

Fonte: Balanço (€)

7. Situação da dívida total face ao limite legal, nos termos da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro

Quadro 4: Valor da dívida total face ao limite legal

Entidade	Dívida Total em 31/12/2016	Limite do Município em 2016	Situação face ao limite	Valor da margem
Município de Mondim de Basto e entidades relevantes para efeitos de limite da dívida total	9 436 517,99	10 377 142,55	Margem	940 624,56

Fonte: Fonte: Elaboração própria (€)

8 O saldo de gerência que transita de 2016 para 2017 é de 1 748 799,65 €, sendo:

- Saldo de operações orçamentais: 1 359 357,86 €;
- Saldo de operações de tesouraria: 389 441,79 €.

9. Prazo médio de pagamento

De acordo com a informação disponibilizada pela DGAL, o prazo médio de pagamento no quarto trimestre de 2016 era de 6 dias.

10. O resultado operacional do exercício de 2016 é positivo, no valor 92 072,26 €.
11. O resultado financeiro do exercício de 2016 é positivo, no valor de 123 128,64 €.
12. O resultado extraordinário do exercício de 2016 é positivo, no valor de 296 350,39 €.
13. A contabilização dos resultados operacionais, financeiros e extraordinários importa num resultado líquido positivo, no valor de 511 551,29 €.

4 FINANÇAS MUNICIPAIS

4.1 Análise Orçamental

4.1.1 Análise do Orçamento

No ano 2016, o nível de execução da despesa e da receita foi, respetivamente, de 88% e de 98%, considerando que a taxa de execução da receita se refere à taxa de cobrança líquida e a taxa de execução da despesa à despesa paga sobre a despesa final prevista.

Quadro 5: Execução do orçamento no ano financeiro de 2016

Designação	Orçamento		Execução	Desvio		Taxa de Execução
	Inicial (a)	Final (b)	(c)	(b) – (a)	(c) – (b)	(c)/(b)
Saldo de Gerência Anterior		1 301 040,91				
Receitas	7 940 932,00	9 573 259,91	9 398 917,51	1 632 327,91	-174 342,40	98%
Correntes	7 133 103,47	7 247 194,47	7 171 903,11	114 091,00	-75 291,36	99%
Capital	804 828,53	1 022 024,53	903 571,99	217 196,00	-118 452,54	88%
Outras receitas	3 000,00	1 304 040,91	1 323 442,41	1 301 040,91	19 401,50	101%
Despesas	7 940 932,00	9 573 259,91	8 434 946,04	1 632 327,91	-1 138 313,87	88%
Correntes	5 620 923,52	6 075 235,38	5 339 935,08	454 311,86	-735 300,30	88%
Capital	2 320 008,48	3 498 024,53	3 095 010,96	1 178 016,05	-403 013,57	88%

FONTE: Mapas de execução da receita e da despesa (€)

A receita cobrada e recebida em 2016 ascendeu a 9 398 917,51 €, ficando a receita corrente abaixo do valor final previsto em 75 291,36€ e a receita de capital ficou abaixo em 118 452,54€.

Comparando os valores de execução do ano 2016 com o ano de 2015, verifica-se que os valores da receita e da despesa foram inferiores em respetivamente 3% e 4%.

O quadro que se segue traduz a evolução absoluta dos valores de execução da receita e despesa no período de 2012 a 2016.

Quadro 6: Evolução da execução orçamental (2012-2016)

Designação	Execução 2012	Execução 2013	Execução 2014	Execução 2015	Execução 2016	Varição (2015-2016)
Receitas	9 437 667,30	10 401 885,42	8 357 744,98	9 701 878,03	9 398 917,51	-3%
Despesas	8 835 098,65	8 768 311,81	7 220 717,90	8 754 085,93	8 434 946,04	-4%

FONTE: Mapas de execução da receita e da despesa (€)

4.1.2 Modificações ao Orçamento Inicial

Durante o ano 2016 efetuaram-se 17 modificações orçamentais - 16 alterações e 3 revisões- que tiveram por objetivo ajustar as previsões orçamentais às necessidades do município.

O quadro abaixo apresentado reflete as modificações orçamentais efetuadas ao orçamento inicial de 2016, incluindo o incremento do saldo da gerência anterior.

Quadro 7: Modificações Orçamentais

Descrição	Dotação Inicial	Modificações		Dotação Final
		Reforços	Reduções	
Despesas Correntes	5 620 923,52	903 874,76	449 562,90	6 075 235,38
Despesas de Capital	2 320 008,48	1 785 201,99	607 185,94	3 498 024,53
TOTAL	7 940 932,00	2 689 076,75	1 056 748,84	9 573 259,91

FONTE: Mapa de execução da despesa (€)

4.1.3 Resumo dos Movimentos Financeiros da Gerência de 2016

Em 2016 o montante de entrada de fluxos foi de 8 620 242, 01 €, distribuídos por:

- Receitas orçamentais, no valor de 8 097 876,60 €;
- Entradas de fundos por operações de tesouraria, no valor de 522 365,41 €.

Quadro 8: Resumo da Conta de Gerência de 2016

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
(1) Saldo transitado de 2015	1 696 427,30	450 453,38	2 146 880,68
(2) Receitas arrecadadas 2016	8 097 876,60	522 365,41	8 620 242,01
(3) Despesas realizadas 2016	8 434 946,04	583 377,00	9 018 323,04
Saldo a transitar para 2017 (1+2-3)	1 359 357,86	389 441,79	1 748 799,65

FONTE: Mapa Resumo de Fluxos de Caixa (€)

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

4.2 Análise da Receita

Neste ponto comparam-se os valores da receita previsional com os valores da receita arrecadada em 2016, bem como a sua evolução nos últimos 5 anos.

4.2.1 Análise global da receita

A taxa de execução da receita é de 98%, ou seja, o município arrecadou quase a totalidade da receita que previu.

Quadro 9: Previsão/execução da receita total

Descrição	Orçamento inicial		Orçamento final		Executado		Desvio		Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
01 Impostos Diretos	719 324,09	9%	719 324,09	8%	640 222,96	7%	-79 101,13	-11%	89%
02 Impostos Indiretos	1 734,64	0%	1 734,64	0%	1 753,08	0%	18,44	1%	101%
04 Taxas, multas e outras penalidades	105 989,83	1%	105 989,83	1%	92 784,20	1%	-13 205,63	-12%	88%
05 Rendimentos de propriedade	238 739,50	3%	238 739,50	2%	263 797,85	3%	25 058,35	10%	110%
06 Transferências correntes	5 627 474,94	71%	5 741 565,94	60%	5 738 547,94	61%	-3 018,00	0%	100%
07 Venda de bens e serviços correntes	412 792,28	5%	412 792,28	4%	420 966,74	4%	8 174,46	2%	102%
08 Outras receitas correntes	27 048,19	0%	27 048,19	0%	13 830,34	0%	-13 217,85	-49%	51%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	7 133 103,47	90%	7 247 194,47	76%	7 171 903,11	76%	-75 291,36	-1%	99%
09 Venda de bens de investimento	600,00	0%	600,00	0%	0,00	0%	-600,00	100%	0%
10 Transferências de capital	804 228,5	10%	1 021 424,53	11%	903 571,99	10%	-117 852,54	-12%	88%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	804 828,53	10%	1 022 024,53	11%	903 571,99	10%	-118 452,54	-12%	88%
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	3 000,00	0%	3 000,00	0%	22 401,50	0%	19 401,50	647%	747%
16 Saldo Gerência Anterior	0,00	0%	1 301 040,91	14%	1 301 040,91	14%	0,00	0%	100%
TOTAL GERAL	7 940 932,00	100%	9 573 259,91	100%	9 398 917,51	100%	-174 342,40	-2%	98%

FONTE: Mapa de execução da receita (€)

Quadro 10: Evolução das receitas no período 2012-2016

COD.	Designação	2012		2013		2014		2015		2016	
		Executado	%	Executado	%	Executado	%	Executado	%	Executado	%
01	Impostos diretos	488 122,25	5%	713 619,88	7%	671 305,27	8%	741 389,75	8%	640 222,96	7%
02	Impostos indiretos	1 889,80	0%	1 249,50	0%	1 253,25	0%	1 423,69	0%	1 753,08	0%
04	Taxas, multas e outras penalidades	106 188,77	1%	115 661,61	1%	103 619,92	1%	72 698,74	1%	92 784,20	1%
05	Rendimentos da propriedade	194 794,07	2%	269 497,62	3%	267 887,14	3%	265 711,68	3%	263 797,85	3%
06	Transferências Correntes	4 131 264,71	44%	5 074 843,29	49%	5 349 612,51	64%	5 873 721,77	61%	5 738 547,94	61%
	Privadas	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	422 036,67	4%	301 225,00	3%
	Companhia de seguros	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	4 547,08	0%	10 405,09	0%
	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	3 144 126,06	33%	4 053 483,04	39%	4 458 401,86	53%	4 661 074,12	48%	4 729 147,00	50%
	Fundo Social Municipal	174 081,00	2%	174 081,00	2%	174 081,00	2%	244 617,00	3%	244 617,00	3%
	Participação no IRS	83 197,00	1%	83 197,00	1%	79 427,00	1%	110 616,00	1%	106 619,00	1%
	Outras Transferências		0%	350 580,02	3%	554 069,51	7%	278 236,16	3%	225 980,54	2%
	Estado - Participação comunitária em projetos co-financiados	30 968,62	0%	46 587,60	0%	14 206,33	0%	96 449,29	1%	27 063,62	0%
	IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	43 706,37	0%	80 210,32	1%	69 426,01	1%	55 771,85	1%	93 490,69	1%
07	Venda de bens e serviços correntes	370 613,82	4%	399 237,47	4%	359 150,02	4%	396 076,56	4%	420 966,74	4%
08	Outras receitas correntes	86 042,83	1%	16 341,30	0%	18 398,80	0%	41 584,42	0%	13 830,34	0%
	Total Receita Corrente	5 378 916,25	57%	6 590 450,67	63%	6 771 226,91	81%	7 392 606,61	76%	7 171 903,11	76%
											0%
09	Venda de bens de Investimento	49 325,00	1%	5 000,00	0%	4 750,00	0%	2 680,00	0%	0,00	0%
10	Transferências de Capital	3 999 330,32	42%	3 051 183,39	29%	850 604,01	10%	1 014 239,84	10%	903 571,99	10%
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 401 691,50	15%	2 722 579,91	26%	495 349,00	6%	518 265,00	5%	525 461,00	6%

Outras Transferências	9 775,62	0%	10 104,00	0%	235 830,00	3%	23 588,00	0%	13 005,00	0%
Estado - Participação comunitária em projetos co-financiados	2 542 261,95	27%	318 499,48	3%	119 425,01	1%	472 386,84	5%	365 105,99	4%
FEADER+PRODER+POVT -FEDER	0,00	0%	48 300,00	0%	23 220,00	0%	93 218,17	1%	210 477,75	2%
FEDER	2 532 605,04	27%	270 199,48	3%	96 205,01	1%	379 168,67	4%	154 628,24	2%
12 Passivos Financeiros	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Total Receita Capital	4 048 655,32	112%	3 056 183,39	69%	855 354,01	84%	1 016 919,84	85%	903 571,99	82%
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0%	0,00	0%	126,16	0%	1 439,54	0%	22 401,50	0%
16 Saldo da Gerência Anterior	10 095,73	0%	755 251,36	7%	731 037,00	9%	1 290 912,04	13%	1 301 040,91	14%
Total Outras Receitas	10 095,73	43%	755 251,36	37%	731 163,16	19%	1 292 351,58	24%	1 323 442,41	24%
Total Geral	9 437 667,30	100%	10 401 885,42	100%	8 357 744,08	100%	9 701 878,03	100%	9 398 917,51	100%

FONTE: Mapas de execução da receita (€)

A receita total diminuiu 3% em relação a 2015.

A receita corrente diminui 3% em relação a 2015.

A receita de capital diminuiu 11% em relação a 2015.

4.2.2 Receitas correntes e receitas de capital

Quadro 11: Estrutura e execução da receita corrente

Designação	Orçamento Final		Executado		Desvio		Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Impostos diretos	719 324,09	10%	640 222,96	9%	-79 101,13	-11%	89%
Impostos indiretos	1 734,64	0%	1 753,08	0%	18,44	1%	101%
Taxas, multas e outras penalidades	105 989,83	1%	92 784,20	1%	-13 205,63	-12%	88%
Rendimentos da propriedade	238 739,50	3%	263 797,85	4%	25 058,35	10%	110%
Transferências correntes	5 741 565,94	79%	5 738 547,94	80%	-3 018,00	0%	100%
Venda de bens e serviços correntes	412 792,28	6%	420 966,74	6%	8 174,46	2%	102%
Outras receitas correntes	27 048,19	0%	13 830,34	0%	-13 217,85	-49%	51%
Total	7 247 194,47	100%	7 171 903,11	100%	-75 291,36	-1%	99%

FONTE: Mapa de execução da receita (€)

O valor dos impostos diretos corresponde a 9% da receita corrente arrecada e representa uma taxa de execução de 89 %, ou seja, desvio de 11% face ao valor da receita prevista em orçamento.

No caso concreto do IMI, este cifrou-se em 453 709,83 €, tendo diminuído 70 802,91 € em relação ao previsto, o que equivale a uma diminuição de 13% em relação ao ano anterior.

No que se refere à rubrica “vendas de bens e serviços correntes” adquirem especial importância os valores arrecadados de água, saneamento e resíduos sólidos, cuja evolução figura no quadro seguinte.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Quadro 12: Receita de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos

	2014	2015	2016	Variação (2016/2015)
Água	91 213,46	112 665,31	131 149,44	16%
Saneamento	20 353,68	23 389,51	26 624,08	14%
Resíduos	112 250,44	122 639,16	120 646,43	-2%
Total	223 817,58	258 693,98	278 419,95	8%

Fonte: Mapa da execução da receita (€)

Receitas Fiscais

No ano económico em análise registou-se uma diminuição da receita fiscal arrecadada no valor de 80 751,94 €, o que significa um decréscimo de 10% relativamente ao ano 2015.

Quadro 13: Evolução da execução da receita fiscal

Receita Fiscal	2012		2013		2014		2015		2016	
	Executado	%	Executado	%	Executado	%	Executado	%	Executado	%
Impostos diretos	488 122,25	82%	713 619,88	86%	671 305,27	86%	741 389,75	78%	640 222,96	87%
Impostos indiretos	1 889,80	0%	1 249,50	0%	1 253,25	0%	1 423,69	15%	1 753,08	0%
Taxas, multas e outras penalidades	106 188,77	18%	115 661,61	14%	103 619,92	13%	72 698,74	8%	92 784,20	13%
Total	596 200,82	100%	830 530,99	100%	776 178,44	100%	815 512,18	100%	734 760,24	100%

FONTES: Mapa de execução da despesa (€)

No que respeita à despesa de capital, ela registou uma execução de 88%, tendo-se comportado da forma que consta no quadro seguinte.

Quadro 14: Execução da receita de capital

Designação	Orçamento final		Executado		Desvio		Taxa de Execução (%)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
(1) Venda de Bens de Investimento	600,00	0%	0,00	0%	-600,00	100%	0%
(2) Transferências de Capital	1 021 324,53	100%	903 571,99	100%	-117 752,54	-12%	88%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	525 461,00	51%	525 461,00	58%	0,00	0%	100%
Outros	244 982,00	24%	13 005,00	1%	-231 977,00	-95%	5%
Participação Comunitária em projetos co-financiados	250 881,53	25%	365 105,99	40%	114 224,46	46%	146%
(1)+(2) Total	1 021 924,53	100%	903 571,99	100%	-118 352,54	-12%	88%

FONTE: Mapa de execução da receita (€)

Transferências

As transferências totais recebidas em 2016 ascenderam a 6 642 119,93 €, representando 82% da receita total arrecadada pelo município neste ano.

Por sua vez, o valor recebido de transferências correntes em 2016 foi 5 738 547,94 €, correspondente a 71% do total da receita corrente arrecadada.

O quadro seguinte mostra a composição da rubrica da receita de transferências.

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

Quadro 14: Estrutura da receita proveniente de transferências

Descrição	Transferências correntes	% (a)	Transferências de Capital	% (b)	Total
Orçamento de Estado					
Fundos Municipais (FEF+FSM+IRS)	5 080 383,00	71%	525 461,00	58%	5 605 844,00
OE-Outras	225 980,54	3%	13 005,00	1%	238 985,54
Serviços e Fundos Autónomos	93 490,69	1%	0,00	0%	93 490,69
Participação Comunitária-projetos co-financiados	27 063,62	0%	365 105,99	40%	392 169,61
Outras (Privadas)	311 630,09	4%	0,00	0%	311 630,09
Total	5 738 547,94	80%	903 571,99	100%	6 642 119,93

(a) Relativamente à receita corrente; (b) relativamente à receita de capital;

Em 2016 registou-se uma diminuição no valor das transferências recebidas em cerca de 4%, significando um valor de -245 841,68 €, em relação a 2015. Para esta diminuição contribui, essencialmente, o menor valor recebido de fundos comunitários, devido ao atraso no arranque do Portugal 2020.

Os Fundos Municipais (FEF +FSM+IRS) importam em 5 605 844,00 €, valor que corresponde a 69% da receita total arrecadada em 2016.

O valor das transferências correntes referentes ao Orçamento de Estado (OE) sob a forma de FEF, FSM e participação no IRS totalizou 5.080 383,00€.

As **transferências correntes** referentes ao Orçamento de Estado-outras ascenderam a 239 985,54€ e representam 3% da receita total recebida. Incluem-se nesta rubrica as seguintes transferências:

- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares no valor de 104 228,27 €;
- CPCJ, no valor de 16 092,00 €;
- Direção Geral da Administração Interna, no valor de 4 848,88 €;
- Autoridade Florestal Nacional, no valor de 76 257,86 €

- Participação comunitária em projetos co-financiados no valor de 27 063,62 € correspondente à participação de despesas do projeto NORTE-04-2114-FEDER-000078 – Mondim de Basto - Um Destino por Natureza, que incluiu apenas despesas correntes.

O valor das transferências de Fundos e Serviços Autónomos foi de 93 490,89 €, respeitante às participações do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) relativas a projetos do município no âmbito dos Programas de Emprego e Inserção Profissional, nomeadamente aos contratos de “Emprego Inserção +”, “Emprego Inserção” e “Património Ativo”, tendo sido contemplada uma média de 20 beneficiários durante 2016.

As **transferências de capital** relativas a participação comunitária de projetos co-financiados para execução de investimentos, cifram-se em 365 105,99 € e dizem respeito aos seguintes projetos:

- IPEAVE – Iluminação Pública Eficiente no Ave;
- SAMA II – Operação de Modernização Administrativa e Tecnológica da CIM Ave e Municípios;
- Biblioteca Municipal de Mondim de Basto (5% relativo ao encerramento do projeto);
- Centro Escolar de Mondim Oeste (5% relativo ao encerramento do projeto);
- Correção Rodoviária do Nó do Valinho (5% relativo ao encerramento do projeto);
- Sistema de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (5% relativo ao encerramento do projeto);
- Primeiro Relvado e Instalações de Apoio Estádio Municipal (5% relativo ao encerramento do projeto);
- Aquisição de Comunicação TETRA – Rede SIRESP para o Serviço Municipal de Proteção Civil.

No âmbito das transferências de capital, na sub rubrica "OE -Outras" registou-se o valor de 13 005,00 € relativo ao Contrato Programa da Biblioteca Contrato Programa da Biblioteca Municipal.

As restantes transferências referem-se, essencialmente, a:

- Parque Eólico de Gevancas, SA (Parque Eólico Alto do Marco): 83.770,15 € (relativo ao benefício de 2015);
- Parque Eólico do Outeiro, SA: 91 193,63 €;
- Eólica da Fraga S.A (parque eólico Gevancas II): 54 744,43 €;
- Eólica do Velão, SA: 71 516,79 €

No total, a receita dos parques eólicos importou em 301 225,00 euros.

Da observação do quadro abaixo apresentado é possível perceber que no ano 2016 o montante das transferências totais diminuiu relativamente ao ano 2015, tendo mantido, contudo, o rácio em função da receita total arrecadada que também diminuiu.

Quadro 15: Relação transferências /receitas totais 2011/2015

Descrição/ano	2012	2013	2014	2015	2016
Transferências totais (1)	8 130 595,03	7 839 322,37	6 200 216,52	6 887 961,61	6 642 119,93
Receitas totais (2)	9 437 667,30	10 401 885,42	8 357 744,98	9 701 878,03	9 398 917,51
(1)/(2)	86%	75%	74%	71%	71%

FONTE: Mapa de execução da receita (€)

Receltas próprias

No ano económico 2016 o valor das receitas próprias recebidas foi 1 441 926,33 €, representando 15 % do montante da receita global, sendo as rubricas de impostos diretos, venda de bens e serviços correntes e rendimentos da propriedade as que tiveram maior relevância para o total da receita alcançada.

Quadro 16: Estrutura da receita própria 2016

Receita Própria	Execução	Peso (%)	(%) (1)
Impostos diretos	640 222,96	44%	7%
Impostos indiretos	1 753,08	0%	0%
Taxas, multas e outras penalidades	92 784,20	6%	1%
Rendimentos da propriedade	263 797,85	18%	3%
Venda de bens e serviços correntes	420 966,74	29%	4%
Venda de bens de Investimento	0,00	0%	0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	22 401,50	2%	0%
Total	1 441 926,33	100%	15%

(1) Relativamente à receita total (€)

O valor das receitas próprias diminuiu em 2016 em relação ao ano anterior, mantendo-se o seu peso na receita total arrecadada.

Quadro 17: Receita própria/receita total 2012/2016

Descrição/ano	2012	2013	2014	2015	2016
Receita própria (corrente e capital) (1)	1 504 532,99	1 408 092,66	1 481 419,96	1 481 419,96	1 441 926,33
Receita total (2)	10 401 885,42	8 357 744,98	9 701 878,03	9 701 878,03	9 398 917,51
(1)/(2)	14%	17%	15%	15%	15%

Receita própria corrente e capital (engloba as rubricas 01+02+04+05+07+08+09+13+15) (€)

4.3 Análise da Despesa

O valor da despesa total paga em 2016 foi de 8 434 946,04 €, distribuída por:

Despesa corrente: 5 339 935,08 €;

Despesa de capital: 3 095 010,96 €.

4.3.1 Análise global da despesa

Em 2016, a despesa total executada registou um desvio de 12% em relação à despesa final orçada, significando uma taxa de execução de 88%.

A despesa corrente e a despesa de capital obtiveram a mesma taxa de execução - 88% em relação ao orçamento final.

As modificações orçamentais efetuadas ao longo do ano 2016, geraram um acréscimo na dotação final da despesa corrente de 454 311,86 € e de 1 178 016,05 € na despesa de capital.

O quadro abaixo expõe a despesa orçamentada e executada de acordo com a classificação económica, demonstrando o desvio verificado entre os valores da despesa prevista e da despesa paga.

Quadro 18: Previsão/execução da despesa 2016

M. B.
12/5/16
SA

Designação	Orçamento inicial		Orçamento final		Executado		Desvio		Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
DESPESAS CORRENTES									
01 Despesas com pessoal	2 831 558,71	36%	2 752 413,71	29%	2 519 756,82	30%	-232 656,89	-8%	92%
02 Aquisição de bens e serviços	1 991 400,00	25%	2 415 843,50	25%	2 031 122,45	24%	-384 721,05	-16%	84%
03 Juros e outros encargos	264 000,00	3%	230 878,76	2%	171 497,77	2%	-59 380,99	-26%	74%
04 Transferências correntes	505 364,81	6%	647 499,41	7%	602 250,49	7%	-45 248,92	-7%	93%
05 Subsídios	17 000,00	0%	17 000,00	0%	14 340,96	0%	-2 659,04	-16%	84%
06 Outras Despesas Correntes	11 600,00	0%	11 600,00	0%	966,59	0%	-10 633,41	-92%	8%
Total Despesa Corrente	5 620 923,52	71%	6 075 235,38	63%	5 339 935,08	63%	-735 300,30	-12%	88%
DESPESAS DE CAPITAL									
07 Aquisição de bens de capital	581 028,48	7%	1 658 883,53	17%	1 288 449,86	15%	-370 433,67	-22%	78%
08 Transferências de capital	25 741,00	0%	217 402,00	2%	209 943,41	2%	-7 458,59	-3%	97%
09 Ativos financeiros	62 039,00	1%	62 039,00	1%	62 039,00	1%	0,00		
10 Passivos financeiros	1 650 000,00	29%	1 550 000,00	16%	1 526 058,40	18%	-23 941,60	-2%	98%
11 Outras Despesas de Capital	1 200,00	0%	9 700,00	0%	8 520,29	0%	-1 179,71	-12%	88%
Total Despesa Capital	2 320 008,48	29%	3 498 024,53	37%	3 095 010,96	37%	-403 013,57	-12%	88%
Total Geral	7 940 932,00	100%	9 573 259,91	100%	8 434 946,04	100%	-1 138 313,87	-12%	88%

FONTE: Mapa de execução despesa (€)

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa nos últimos 5 anos

Quadro 19: Evolução da despesa paga

Designação	2012		2013		2014		2015		2016		
	Executado	%	Executado	%	Executado	%	Executado	%	Executado	%	
Despesa Corrente											
01 Despesas com o Pessoal	2 515 275,69	28%	2 780 484,08	32%	2 644 867,64	37%	2 660 651,39	30%	2 519 756,82	30%	-5%
02 Aquisição de bens e serviços	2 046 149,97	23%	1 811 480,27	21%	1 776 262,67	25%	2 112 107,34	24%	2 031 122,45	24%	-4%
03 Juros e outros encargos	499 458,58	6%	331 251,51	4%	272 548,54	4%	218 739,05	2%	171 497,77	2%	22%
04 Transferências correntes	323 397,55	4%	316 802,82	4%	310 929,05	4%	539 221,53	6%	602 250,49	7%	12%
05 Subsídios	12 230,00	0%	11 000,50	0%	11 784,00	0%	17 816,50	0%	14 340,96	0%	20%
06 Outras Despesas Correntes	998,40	0%	103,96	0%	35 990,57	0%	19 166,86	0%	966,59	0%	95%
Total Despesa Corrente	5 397 510,19	61%	5 251 123,14	60%	5 052 382,47	70%	5 567 702,67	63%	5 339 935,08	63%	-4%
Despesa de Capital											
07 Aquisição de bens de capital	2 778 493,17	31%	871 706,62	10%	666 546,82	9%	1 492 487,05	17%	1 288 449,86	15%	14%
08 Transferências de capital	115 209,86	1%	157 812,82	2%	50 967,87	1%	161 641,40	2%	209 943,41	2%	30%
09 Ativos Financeiro	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	62 039,00	1%	62 039,00	1%	
10 Passivos financeiros	543 885,53	6%	2 487 669,23	28%	1 450 820,64	20%	1 491 236,42	17%	1 526 058,40	18%	2%
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	8 979,39	0%	8 520,29	0%	
Total Despesa Capital	3 437 588,56	39%	3 517 188,67	40%	2 168 335,33	30%	3 216 383,26	37%	3 095 010,96	37%	-4%
Total Geral	8 835 098,75	100%	8 768 311,81	100%	7 220 717,80	100%	8 784 085,93	100%	8 434 946,04	100%	-4%

FONTE: Mapa de execução da despesa (€)

4.3.2 Despesa Corrente e de Capital

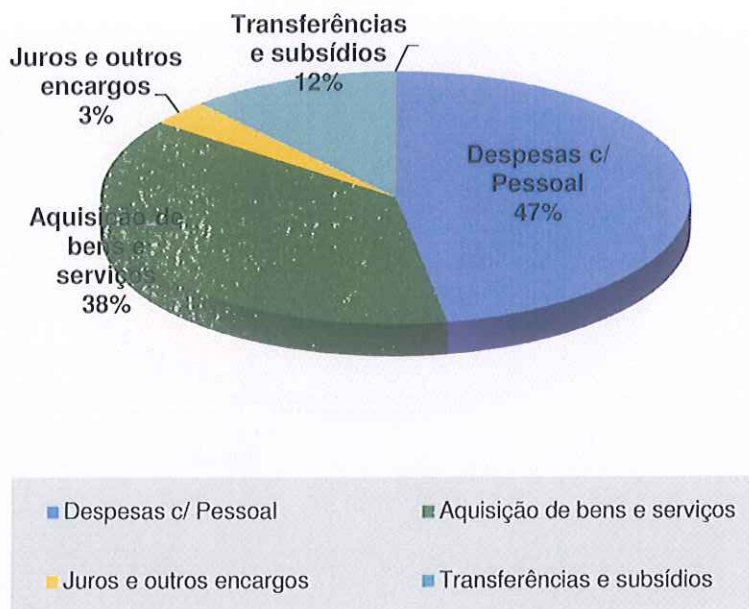
Em 2016 a despesa corrente diminuiu 227 767,59 € em relação a 2015, o que significa uma diminuição de 4%.

As despesas de capital também sofreram uma diminuição de 121 372,30 € face ao ano anterior o que significa um decréscimo de 4%. No geral, a despesa paga diminuiu 4%.

O gráfico que se segue traduz a composição/estrutura da despesa corrente.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Gráfico 1: Estrutura da Despesa Corrente



Fonte: Elaboração própria

As despesas com pessoal, em 2016, tiveram um peso de 47% na despesa corrente executada e de 30% na despesa total.

A aquisição de bens e serviços representa 38% da despesa corrente, seguida das transferências e dos juros, com pesos de 12% e 3%, respectivamente.

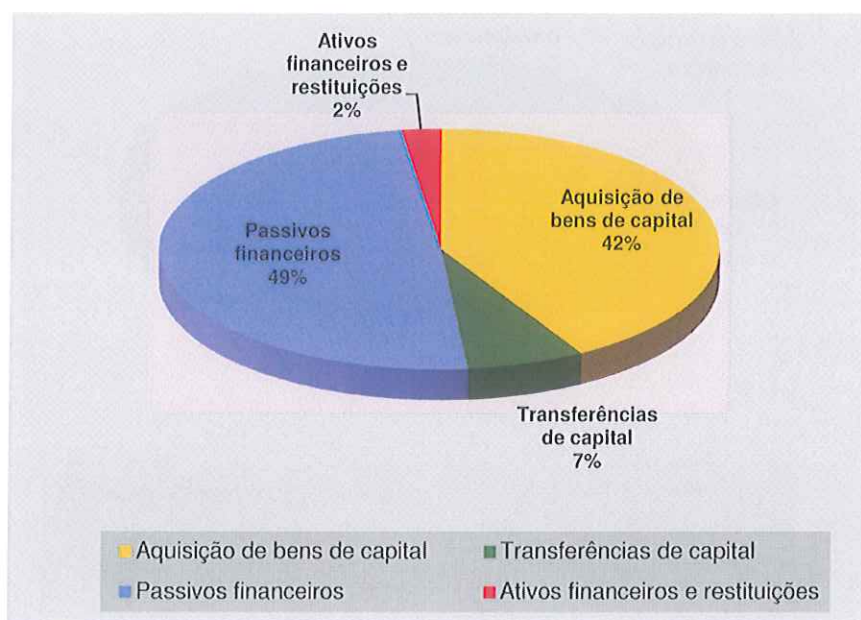
Nas despesas de capital, a rubrica de passivos financeiros (amortizações de empréstimos) sobrepôs-se à rubrica de aquisição de bens de capital, registrando respectivamente um peso de 49% e 42%.

Refira-se que a despesa com amortização de capital significa um peso de 18% na despesa total do município.

Relativamente às transferências de capital, estas representam 7% das despesas de capital pagas e 2% do valor da despesa total.

O gráfico seguinte traduz a constituição das despesas de capital.

Gráfico 2: Estrutura da Despesa de Capital



Fonte: Elaboração própria

Complementarmente à informação anterior, apresenta-se em mapa e em quadro, o peso de cada tipologia de despesa no valor da despesa total paga em 2016.

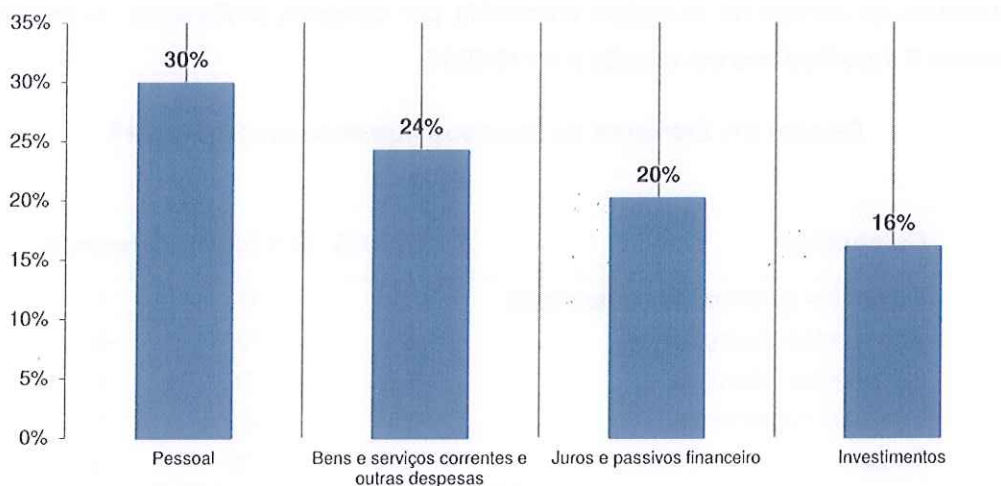
Quadro 20: Grandes rubricas de despesa

Rubrica de despesa	Despesa paga	Peso
Pessoal	2 519 756,82	30%
Bens e serviços correntes e outras despesas	2 040 609,33	24%
Juros e passivos financeiro	1 697 556,17	20%
Investimentos (inclui ativos financeiros - FAM)	1 350 488,86	16%
Transferências e subsídios	826 534,86	10%
Total	8 434 946,04	100%

FONTE: Mapa de execução da despesa (€)

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.

Gráfico 3: Comparação das rubricas de despesa



Fonte: Elaboração própria

4.3.3 Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal no ano 2016 cifram-se em 2 519 756,82 €, o que se traduz numa diminuição absoluta de 140 894,57 € em relação ao não anterior, ou seja, uma redução em cerca de 5%.

Como já foi referido anteriormente, estas despesas representam 30% da despesa total e 47% da despesa corrente.

No que se refere às despesas com saúde, o município suportou, em 2016 um total de 114 056,23 €, assim distribuídas:

- Serviço Nacional de Saúde, ao abrigo do artigo 54.º da Lei nº 82-B/2014 de 31 de dezembro: 39 619,34 €;
- ADSE; ao abrigo de Decreto-Lei nº 118/83, de 27 de fevereiro: 56 210,48 €;
- Pagamento de comparticipações aos trabalhadores, ao abrigo de Decreto-Lei nº 118/83, de 27 de fevereiro: 18 226,41 €.

Em 31 de dezembro de 2016, o município dispunha de 132 trabalhadores ao serviço, tal como se pode verificar no quadro seguinte que evidencia a estrutura dos recursos humanos ao serviço no município distribuída por categoria profissional. O município perdeu 6 trabalhadores em relação a 31/12/2015.

Quadro 21: Estrutura de recursos humanos em 31/12/2016

Categorias	31/12/2015	31/12/2016	Diferença
Dirigentes (e dirigente equiparado)	5	6	1
Assistentes Operacionais	83	75	-8
Assistentes Técnicos	25	29	4
Técnicos Superiores	25	22	-3
Total	138	132	-6

FONTE: Elaboração própria/Secção Pessoal

A diminuição verifica, deveu-se a:

- Mobilidade de um técnico superior para o município de Amarante;
- Licença sem remuneração de um assistente operacional;
- Licença sem remuneração de um assistente técnico;
- Aposentação de dois assistentes operacionais;
- Mobilidade de um dirigente para o ICNF;

Seguidamente, apresenta-se a evolução das despesas pagas a pessoal nos últimos cinco anos.

Quadro 22: Evolução das despesas com pessoal

Designação	2012		2013		2014		2015		2016	
	Executado	%	Executado	%	Executado	%	Executado	%	Executado	%
Remunerações Membros Órgãos Autárquicos	148 120,81	6%	67 373,72	2%	91 312,56	3%	81 693,25	3%	93 623,26	4%
Titulares de órgãos de soberania e membros de Órgãos autárquicos	115 162,01	5%	36 772,00	1%	60 404,49	2%	58 454,33	2%	61 076,70	2%
Gratificações	4 640,56	0%	2 564,52	0%	2 076,04	0%	2 320,28	0%	2 564,52	0%
Despesas de Representação	28 318,24	1%	28 037,20	1%	28 832,03	1%	20 918,64	1%	22 041,84	1%
Remunerações Certas e Permanentes	1 620 450,07	64%	1 689 242,12	61%	1 524 819,80	58%	1 490 817,06	56%	1 439 239,94	57%
Pessoal dos quadros - Regime de contrato Individual de trabalho	1 504 083,83	60%	1 488 980,06	54%	1 383 164,45	52%	1 352 155,13	51%	1 321 688,22	52%
Pessoal contratado a termo	46 853,56	2%	45 269,01	2%	29 100,00	1%	29 100,00	1%	30 300,00	1%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	17 896,50	1%	21 552,00	1%	0,00	0%	10 799,94	0%	38 246,48	2%
Pessoal aguardando aposentação										
Pessoal em qualquer outra situação	51 616,18	2%	133 441,05	5%	8 789,00	0%	203,10	0%	1 213,92	0%
Despesas de Representação (dirigentes)					103 766,35	4%	89 941,07	3%	47 791,32	2%
							8 617,82		7 940,20	
Suplementos de Remunerações	318 879,46	13%	473 660,59 €	17%	449 295,89	17%	470 093,95	18%	425 712,81	17%
Subsidio de refeição	163 528,19	7%	164 881,78	6%	152 690,96	6%	145 023,80	5%	132 270,12	5%
Subsidio de férias e de Natal	116 000,00	5%	281 353,75	10%	264 371,20	10%	256 386,20	10%	254 174,57	10%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	23 317,07	1%	17 933,40	1%	18 167,86	1%	35 953,07	1%	22 227,79	1%
Horas extraordinárias	1 490,35	0%	227,86	0%	702,02	0%	780,91	0%	1 431,85	0%
Ajudas de custo	0,00	0%	0,00	0%	2 309,25	0%	1 369,23	0%	2 732,72	0%

Abono para falhas	2 798,76	0%	2 285,63	0%	2 065,71	0%	2 584,29	0%	2 968,20	0%
Outros suplementos e prêmios	11 745,09	0%	6 978,17	0%	8 988,89	0%	27 996,45	1%	9 907,56	0%
Prestações Sociais Diversas	15 354,61	1%	14 522,77	1%	11 548,75	0%	9 020,18	0%	8 282,38	0%
Subsídio familiar a criança e jovens	15 354,61	1%	14 522,77	1%	11 548,75	0%	9 020,18	0%	8 282,38	0%
Encargos sobre Remunerações	354 724,02	14%	423 048,87	15%	466 797,27	18%	440 082,88	17%	436 445,27	17%
Contribuições para a Segurança Social+CGA	354 724,02	14%	423 048,87	15%	466 797,27	18%	440 082,88	17%	436 445,27	17%
Seguro de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	30 276,22	1%	31 022,67	1%	37 655,83	1%	32 211,90	1%	20 623,34	1%
Seguro de acidentes pessoais	30 276,22	1%	31 022,67	1%	37 655,83	1%	32 211,90	1%	20 623,34	1%
Outros Custos com Pessoal	27 470,50	1%	76 954,09	3%	63 437,43	2%	136 732,17	5%	95 829,82	4%
Encargos com a saúde	27 000,00	1%	76 954,09	3%	41 546,04	2%	111 224,63	4%	56 210,48	2%
Outros encargos com a saúde	470,50	0%	0,00	0%	21 891,39	1%	25 507,54	1%	39 619,34	2%
Total despesa com pessoal	2 515 275,69	100%	2 775 824,83	100%	2 644 867,53	100%	2 660 651,39	100%	2 519 756,82	100%
Despesa total	8 835 098,75	28%	8 768 311,81	32%	7 220 717,80	37%	8 784 085,93	30%	8 434 946,04	30%
Despesa corrente	5 397 510,19	47%	5 251 123,14	53%	5 052 382,47	52%	5 567 702,67	48%	5 339 935,08	47%

Fonte: Mapa de execução da despesa

4.3.4 Encargos e Passivos Financeiros

O montante dos encargos com juros no ano 2016 foi de 170 307,44 €, sendo que 98,92% daquele valor correspondente aos juros do empréstimo do saneamento financeiro. No quadro seguinte apresenta-se a evolução do peso dos encargos com juros nos últimos 5 anos.

Quadro 23: Rácio Juros/Despesa Corrente

	2012	2013	2014	2015	2016
Juros	499 458,58	331 251,51	272 548,64	218 548,64	170 307,44
Despesa corrente	5 397 510,19	5 251 123,14	5 052 382,57	5 567 702,67	5 339 935,08
Peso %	9%	6%	5%	4%	3%

FONTE: Mapa de execução da despesa (€)

Verifica-se que a despesa com juros nos últimos cinco anos tem diminuído gradualmente, bem como o seu peso no valor da despesa corrente, sendo que no ano 2016 o valor pago em juros representou 3% do montante da despesa corrente.

Nos termos do explanado no quadro seguinte, o valor pago com a amortização de empréstimos representa 49% da despesa de capital e cifra-se em 1 526 058,40€, ou seja, mais 34 821,98 € que no ano anterior. Esta evolução é consequência do ajustamento da prestação mensal (composta por amortização e juros), fruto por um lado da oscilação da taxa de juro, e por outro, da renegociação do spread que o município levou a efeito junto da entidade financiadora.

De seguida apresenta-se a evolução da amortização de empréstimos nos últimos cinco anos.

Quadro 24: Rácio Amortização empréstimos/despesas de capital

	2012	2013	2014	2015	2016
Amortização de empréstimos	543 885,53	2 487 669,23	1 450 820,64	1 491 236,42	1 526 058,40
Despesa de capital	3 437 588,56	3 517 188,67	2 168 335,33	3 186 383,26	3 095 010,96
Peso %	16%	71%	67%	47%	49%

FONTE: Mapa de execução da despesa (€)

O encargo com o serviço da dívida (juros + amortização de capital) no ano 2016 foi de 1 696 356,84 € e representou 20% da despesa total.

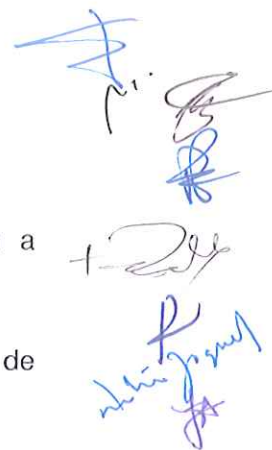
4.3.5 Aquisição de bens e serviços e outras despesas

No ano 2016, a despesa com a aquisição de bens e serviços correntes totalizou 2 031 122,45 € distribuída por:

- Aquisição de bens: 432 523,04 €;
- Aquisição de serviços: 1 598 599,41 €.

As tipologias de despesa que mais contribuíram para o valor pago nesta rubrica foram:

- Matérias-primas: 75 015,92 €;
- Combustíveis: 96 595,73 €;
- Alimentação - géneros para confeccionar: 76 563,75 €;
- Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos: 282 149,92 €;
- Encargos com instalações (eletricidade, gás, gasóleo de aquecimento...): 233 131,31 €;
- Conservação de bens (reparação do parque de viaturas): 67 724,94 €;
- Transportes (inclui os transportes escolares): 175 709,57 €;
- Locação de bens: 73 589,26 €;
- Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria: 99 867,48 €; assim aplicados:
 - Aquisição de serviços de elaboração das bases de um Master Plan para as Físgas de Ermelo no Município de Mondim de Basto
 - Aquisição de serviços no âmbito do sistema de gestão documental e workflow iPortalDoc para o Balcão Único de Mondim de Basto
 - Elaboração de Plano de Desenvolvimento Integrado



- Aquisição de serviços para elaboração do plano de ação para a regeneração urbana da ARU de Mondim de Basto
 - Elaboração dos Estudos Técnicos e da Candidatura das "Fisgas de Ermelo" a Património Natural da Humanidade da UNESCO
 - Aquisição de serviços de assessoria especializada na área da análise, planeamento e negociação da reestruturação das obrigações financeiras assumidas pelo Município
 - Correção de patologias nas coberturas dos pavilhões A, B, C e D
 - Aquisição de serviços de desenvolvimento da estratégia do posicionamento territorial de Mondim de Basto (previsto na candidatura "Mondim de Basto – Um destino por natureza")
 - Projeto de estabilidade de ampliação do armazém
- Outros trabalhos especializados: 199 179,34 €, assim aplicados:
- Volta a Portugal;
 - Serviços de consultoria, contencioso jurídico e de gestão jurídica dos recursos humanos do Município de Mondim de Basto.
 - Serviços Técnicos nas áreas de abastecimento de água e ambiente;
 - Revisor Oficial de Contas;
 - Serviço de análises de água para consumo humano;
 - Serviços de desing e comunicação
 - Serviços de manutenção e realização de pequenas instalações elétricas
 - Serviço de elaboração de candidatura designada "Terras de Basto - Iniciativas de Acolhimento Empresarial
 - Serviços de Elaboração e Estudo de Prospeção de Mercado para Rentabilização da Casa da Igreja;

- Apoio à elaboração do diagnóstico estratégico e dos planos de ação para promoção turística e competitividade do tecido empresarial (no âmbito da candidatura "Mondim Coopera" apresentada em parceria com o Núcleo Empresarial de Mondim de Basto)
 - Sessões de divulgação e sensibilização para os regantes do concelho de Mondim de Basto
- Outros serviços - iluminação pública: 218 616,19€;

4.3.6 Transferências e subsídios

O valor total das transferências e subsídios ascendem a 812 193,90€ e representam 8% da despesa total.

No quadro abaixo apresenta-se a repartição das verbas referentes a subsídios e transferências, classificadas por tipologia de entidades beneficiárias.

Quadro 25: Distribuição dos montantes de transferências e subsídios

Transferências e Subsídios	Correntes	Capital	Total
Freguesias	11 186,70	152 000,00	163 186,70
Associações de Municípios (ANMP+CIM do AVE)	43 860,52	3 036,26	46 896,78
Instituições sem fins Lucrativos (Cooperativa Mondim+Social+BVMB+Associações Culturais e Desportivas+Famílias)	360 941,57	29 500,00	390 441,57
Serviços e Serviços Autónomos (Agrupamento Vertical de Escolas+Fundo de Eficiência Energético)	23 073,45	0,00	23 073,45
Famílias	163 188,25	25 407,15	188 595,40
Total	602 250,49	209 943,41	812 193,90

FONTE: Mapa de execução da despesa (€)

Comparando o valor dos subsídios e das transferências de 2016 com valor de 2015, verifica-se um aumento de 16%, ou seja, um acréscimo absoluto de 111 330,97€.

No que se refere às transferências correntes para as freguesias, no valor de 11 186,70€, as mesmas referem-se ao apoio atribuído à Freguesia de Vilar de Ferreiros para instalação de contadores de águas, assim como ao apoio atribuído à Freguesia do Bilhó para a realização do concurso pecuário.

No que concerne às transferências de capital, as mesmas, no montante de 152 000,00 €, referem-se aos seguintes apoios:

- União de Freguesias de Campanhó e Paradança, Ermelo e Pardelhas e Freguesia de Vilar de Ferreiros - apoios para pavimentação de arruamentos e apoio para colocação de placas toponímicas;
- União das Freguesias de Ermelo e Pardelhas - Apoio para a construção de um abrigo de passageiros em Fervença;
- Freguesia de Bilhó - Apoio para a construção de um abrigo de passageiros no lugar de Bobal;
- União das Freguesias de Campanhó e Paradança - Apoio para construção de um abrigo de passageiros no lugar de Carrazedo;
- Freguesia de Atei - Apoio para construção de um abrigo de passageiros no lugar de Bairro Novo;
- União das Freguesias de Ermelo e Pardelhas - Apoio para investimentos na rede de abastecimento de água- colocação de contadores;
- Freguesia de Bilhó - Apoio para investimentos na rede de abastecimento de água- colocação de contadores;
- União de Freguesias de Pardelhas e Ermelo - apoio para realização de obras
- Freguesia do Bilhó - apoio para realização de obras;
- União de Freguesias de Campanhó e Paradança - apoio para realização de obras.

As transferências registadas no grupo “associações de municípios”, respeitam:

- CIM do AVE - comparticipação de custos de funcionamento no valor de 23 580,34 € e comparticipação de projetos intermunicipais, designadamente:
 - Plano para o Crescimento Inclusivo do Ave: 11 416,70€
 - Equipamentos de Proteção Individual (Bombeiros Voluntários): 2 813,36€
 - Ave Digital XXI: 1 822,40€;

No grupo “Instituições sem fins lucrativos” incluem-se os seguintes apoios:

- Protocolos com a Cooperativa Mondim + Social, no valor total pago de 150 730,00 € relativos a “atividades de enriquecimento curricular, componente de apoio à família e Centro Desportivo” e, ainda, “Escola Municipal de Música de Mondim de Basto”;
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, no valor total de 76 210,03€ que inclui o Protocolo com a Equipa de Intervenção Permanente (34 460,23 €), o apoio anual (10 000,00 €), o Protocolo de Transporte de Doentes (19 249,80 €) e o apoio extraordinário, no valor de 12 500,00 € para aquisição de materiais destinados à obra nas instalações;
- Apoio ao Associativismo Desportivo (Programas de Rendimento Sénior e Formação), no valor total de 46 175,28 €;
- Apoio ao Associativismo Cultural e Desportivo, no valor total de 87 826,26 €, que inclui:
 - Apoio financeiro para realização de WRC Vodafone Rally de Portugal (18 500,00 €);
 - AMA - Associação Mondim Atletismo - apoio à 2ª corrida de S. Tiago (1 800,00 €);
 - AMA - Associação Mondim Atletismo - trail Fiskas de Ermelo (4 284,00€);
 - Clube Parapente de Basto (1 500,00 €);
 - Associação Equestre os Traquinas (300,00€);
 - Motoclube Sr.ª da Graça (1 700,00 €);
 - Rancho Folclórico Juvenil de Vilar de Ferreiros – apoio anual (1 100,00 €);
 - Grupo Folclórico e Recreativo de Vilarinho - apoio anual (1 100,00 €);
 - Associação Cultural e Recreativa de Santa Luzia - apoio anual (1 100,00 €);
 - Associação Cultural e Recreativa de Santa Luzia - apoio realização festival de folclore de Mondim de Basto (2 000,00€);
 - MAV - Mondim Associação de Voleibol - apoio realização de atividades (600,00 €);



- THAMUSE - apoio a atividades culturais (3 900,00 €);
- Mondinense Futebol Clube - apoio realização 8º torneio de futebol de 7 (500,00 €);
- Mondinense Futebol Clube - torneio de Páscoa benjamins e infantis (1 000,00 €);
- Mondinense Futebol Clube - apoio à realização de atividade de encerramento da época desportiva (500,00€);
- TAM - Teatro Amador Mondinense - apoio encontro micológico - 1 000,00 €; TAM -apoio para realização de festival de teatro (3 000,00€);
- Clube de Caça e Pesca de Mondim de Basto - protocolo de cooperação (2 100,00 €);
- Clube de Caça e Pesca de Mondim de Basto – apoio (412,19 €);
- Grupo de Tamecanos de Mondim (600,00 €);
- Conselho Económico da Paróquia de S. Cristóvão de Mondim de Basto – via sacra (350,00 €);
- Conselho Económico da Paróquia de S. Cristóvão de Mondim de Basto - apoio para procissão Corpo de Deus (1 500,00 €);
- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas do Concelho de Mondim de Basto (500,00 €);
- Associação Cicloturismo e BTT de Mondim de Basto - apoio para aquisição de material diverso e realização de seguro (1 250,00 €)
- Agrupamento de Escuteiros – apoio anual (1 500,00 €);
- CAMI- Clube Aventura do Minho - realização da rampa Sra. da Graça (25 000,00 €);

Na rubrica Instituições sem fins Lucrativos, mas em despesas de capital, destacam-se os seguintes apoios:

- Apoio ao Mondinense Futebol Clube (2 000,00 €);
- Associação de Solidariedade Social das Aldeias do concelho de Mondim de Basto - Apoio à aquisição de equipamentos (12 000,00 €);
- Associação Social e Cultural de Ermelo - Apoio à aquisição de equipamentos (10 000,00€);

- Grupo Folclórico e Recreativo de Vilarinho - Apoio à aquisição de equipamentos (1 000,00);
- Grupo Folclórico e Juvenil de Vilar de Ferreiros (500,00 €);
- Apoio ao Atei Futebol Clube (2 000,00 €);
- Protocolo de Colaboração para o Desenvolvimento do Projeto *Lapis Lapidem* (2 000,00 €)

Na rubrica "Famílias", o maior montante, no valor de 152 693,25 € referem-se aos pagamentos efetuados aos beneficiários dos Programas de Inserção do IEFP. No conjunto dos programas foi possível manter uma média de 20 beneficiários em permanência, tal como evidencia o quadro seguinte.

Quadro 26: Beneficiários dos Programas IEFP

Projetos N.º	Número de Beneficiários											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
053/CEI+/2015	3	3	3	3	3	3	3	3				
054/CEI+/2015	2	2	2	2	2	2	2	2				
093/CEI+/2015	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	
199/CEI/15	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	
094/CEI+/2015	8	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
032/CEI+/2016							5	5	5	5	5	5
033/CEI+/2016							2	2	2	2	2	2
120/CEI/16									1	1	2	2
008/EJ/16										3	3	3
078/CEI/16											1	1
079/CEI+/2016											3	3
Total	19	18	19	19	19	17	24	24	20	23	28	23

Ainda nesta rubrica, mas em despesas de capital, foram pagos 25 407,15 €, no âmbito do programa "Apoio a Habitações Degradadas", tendo sido apoiadas sete famílias.

4.3.7 Despesas de Capital - Investimentos

Em 2016, o montante das despesas de capital ascendeu a 3 095 010,96 €, sendo a rubrica com maior representatividade os passivos financeiros (49%).



As despesas com aquisição de bens de capital diminuiram 12 % em relação a 2015, ascendendo a 1 288 449,86 €, desagregando-se nas seguintes áreas/projetos:

- Escolas: 157 269,89 €;
- Sistema de drenagens de águas residuais: 39 425,64 €;
- Iluminação Pública: 21 082,37 €;
- Captação e distribuição de água: 92 796,41 €;
- Parques e jardins: 20 975,05 €;
- Projetos: 253 031,64€;
- Edifícios municipais: 41 922,87€;
- Viaturas de transporte: 86 858,07 €;
- Equipamento básico, administrativo e informático: 1 12 735,94 €;
- Viadutos, arruamentos e obras completares: 281 324,82 €;

4.4 Análise do Equilíbrio Orçamental

Em 2016 o cálculo do equilíbrio orçamental é o que resulta do quadro n.º 28.

Quadro 27: Equilíbrio Orçamental

	2016
Receita Corrente (a)	7 171 903,11
Despesa Corrente (b)	5 339 935,08
Média das Amortizações em 01/01/2014 c)	1 503 905,83
Equilíbrio d)=a)-b)-c)	328 062,20

Fonte: elaboração própria/ mapas de execução da receita e despesa (€)

4.5 Endividamento Municipal (artigo 48º a 67º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro)

4.5.1 Empréstimos Bancários

O valor da dívida com empréstimos bancários em 31/12/2016 era de 9 294 033,24 € distribuído por três entidades bancárias:

Caixa Geral de Depósitos: 148 396,38 €

BPI: 439 540,00€

Millennium BCP: 8 706 096,86 €

4.5.2 Dívidas a Terceiros - Curto, Médio e Longo Prazo

Da análise do quadro abaixo, verifica-se que de 2015 para 2016, o Município diminuiu 13% da dívida total, o que equivale a uma redução absoluta de 1 451 771,47 €.

Quadro 28: Dívida a terceiros - curto, médio e longo prazo

Componentes de Dívida	2015	2016	Variação
Fornecedores C/c	49 067,73	56 531,76	15%
Fornecedores de Imobilizado	2 880,91	0,00	-100%
Outras dívidas de curto prazo	15 917,48	12 454,38	-22%
Empréstimos de curto prazo (valores a pagar no ano n+1)	1 523 981,84	1 571 349,63	3%
Dívida de M/L prazo (empréstimos a pagar a partir do ano n+2)	9 296 109,80	7 722 683,61	-17%
Outras dívidas de m/lprazo	0	73 166,91	
Total da Dívida	10 887 957,76	9 436 186,29	-13%

Fonte: Balanço (€)

O valor da dívida de fornecedores de conta corrente e de fornecedores de imobilizado foi, respetivamente, de 56 531,76 € e 0,00 €.

No que respeita à dívida de longo prazo surge, pela primeira vez, o valor de 73 166,91€ referente ao compromisso plurianual assumido no Contrato de Partilha de Poupanças Líquidas, celebrado com o Fundo de Eficiência Energética, no seguimento da decisão de financiamento da candidatura “IPAVE – Iluminação pública eficiente no Ave”. Ainda sobre este compromisso, o valor a pagar em 2017 consta na rubrica “outras dívidas de curto prazo”.

Acresce referir que a diferença verificada entre o valor desta rubrica referida no quadro e o valor refletido no Balanço resulta do facto de no balanço constar o valor do FAM a pagar em 2017, sendo que o mesmo não releva para a dívida, nos termos da legislação em vigor, logo não se encontra refletivo neste quadro.

O valor inscrito em “empréstimos de curto prazo” diz respeito ao montante de amortização a pagar no ano seguinte ao do exercício em análise, ou seja, em 2017.

Os valores de amortização a pagar nos anos seguintes (a partir de 2018) constam na dívida de m/l prazo.

4.5.3 Limite da dívida total em 2016, calculado nos termos da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro

Nos termos do artigo n.º 52 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida dos três exercícios anteriores.

No caso do município de Mondim de Basto, as entidades que relevam para efeitos do limite da dívida total, nos termos do referido artigo 54º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro são: Associação Nacional de Municípios Portugueses, CIM do AVE e Cooperativa Mondim + Social.

Neste sentido, observe-se o quadro seguinte que apresenta o limite da dívida total do município, face ao limite.

Quadro 29: Limite da dívida total

	Entidades	Dívida Total em 31/12/2016	Limite do Município em 2016	Situação face ao limite	Valor da margem
Entidades relevantes para efeitos de limite da dívida total (artigo 54 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro)	Município de Mondim de Basto	9 436 186,29	10 377 142,55	Margem	940 692,56
	Associação Nacional de Municípios Portugueses	263,70			
	CIM do AVE	0,00			
	Cooperativa Mondim + Social	ND			
TOTAL		9 436 449,99			

Fonte: Elaboração própria- Balanço + informação fornecida pelas três entidades (€)

4.6 Indicadores de Gestão Orçamental /Rácios Financeiros

Para uma melhor análise da situação económica das finanças do município, apresentam-se alguns indicadores de gestão para o período 2013-2016.

Quadro 30: Grau de Cobertura Global da Despesa

Rácio	2013	2014	2015	2016	Análise Económica
Receita Total / Despesa Total	119,00%	115,75%	110,83%	111,43%	Mede a capacidade das receitas totais cobradas cobrirem as despesas totais pagas
Receita Corrente / Despesa Corrente	126,00%	134,02%	132,78%	134,31%	Mede a capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas da mesma natureza.
Receita Capital / Despesa Capital	87,00%	39,45%	31,91%	29,19%	Mede a capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas da mesma natureza.
Receitas Próprias / Despesa Total	17,00%	19,50%	16,92%	17,09%	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias da Autarquia
Fundos Municipais / Despesa Total	80,00%	97,41%	80,34%	66,46%	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas Fundos Municipais

FONTE: Mapas de execução da receita e da despesa

Quadro 31: Estrutura da Receita

Rácio	2013	2014	2015	2016	Análise Económica
Receitas Próprias / Receita Total	14,46%	16,85%	15,27%	15,34%	Mede o peso das receitas próprias dos municípios no total das receitas arrecadadas
Receita Cobrada / Receita Total	14,57%	17,01%	4,10%	4,37%	Mede o peso das recitas cobradas localmente pela autarquia nas receitas totais
Impostos Diretos / Receita Total	6,86%	8,03%	7,64%	6,81%	Mede o peso das receitas provenientes dos impostos diretos na receita total
Fundos Municipais / Receita Total	67,62%	84,15%	72,49%	59,64%	Mede o peso das transferências dos fundos municipais na receita total
Receitas Fiscais / Receitas Correntes	12,60%	11,53%	11,03%	10,24%	Mede o peso das receitas fiscais arrecadas sobre as receitas correntes cobradas

FONTE: Mapas de execução da receita e da despesa

Quadro 32: Estrutura da Despesa

Rácio	2013	2014	2015	2016	Análise Económica
Despesa de Capital / Despesa Total	40,11%	30,03%	36,40%	36,69%	Mede o peso da despesa de capital na despesa total
Investimentos / Despesa Total	9,94%	9,23%	16,71%	15,28%	Mede o peso do investimento direto em sentido restrito na despesa total
Pessoal / Despesa Total	31,71%	36,63%	30,39%	29,87%	Mede o peso da despesa com o pessoal na despesa total

Fonte: Mapas de execução da receita e da despesa

Quadro 33: Outros Rácios

Rácio	2013	2014	2015	2016	Análise Económica
Receita Total per Capita	1 287,46	1 115,41	1 294,79	1 254,36	Permite analisar o volume de receitas arrecadadas per capita
Receita Total Por Km ²	56 054,04	48 563,31	56 373,49	54 613,12	Compara as receitas arrecadadas com a área geográfica da autarquia km ²
Despesa Total Per Capita	1 170,20	963,66	1 168,30	1 125,71	Permite analisar o volume de despesas efetuadas, em termos per capita
Despesa Total Por Km ²	50 948,94	41 956,52	50 866,28	49 011,89	Compara as despesas efetuadas com a área geográfica abrangida pela autarquia km ²
Receitas Próprias Per Capita	200,79	187,92	197,71	192,44	Permite analisar o volume de receitas próprias reunidas pela autarquia, em termos per capita
Receitas Próprias Por Km ²	8 742,20	8 181,83	8 607,90	8 378,42	Compara as receitas próprias reunidas pela autarquia, com a respetiva área geográfica km ²
Fundos Municipais Per Capita	938,65	694,95	738,63	748,14	Permite analisar o volume de receitas decorrentes da participação nos impostos do Estado em termos per capita

Fundos Municipais Por Km²	40 867,76	30 257,17	32 159,05	32 573,18	Comparara as receitas decorrentes da participação nos Impostos do Estado, com área geográfica km ²
Investimentos Per Capita	116,34	88,96	195,18	171,95	Permite analisar o impacto de despesas de investimento pagas, em termos per capita
Investimentos Por Km²	5 065,12	3 873,02	8 497,89	7 486,63	Compara os investimentos pagos por km ²

FONTE: Mapas de execução da receita e da despesa

4.7 Análise Económico-Financeira

4.7.1 Análise ao Balanço

Imobilizado

No ano 2016 o valor global do Ativo Líquido cifra-se em 42 934 404,76 €.

Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros contabilizadas no final de 2016 refletem, essencialmente,

- Escritura de compra e venda celebrado com Mondim Tâmega Park, Empreendimentos Turísticos SA de prédio urbano, no valor de 340 000,00€;
- Dívidas de água, lixos e saneamento, no valor de 68 283,64€ (este montante inclui a faturação de dezembro a pagar em janeiro de 2017, no valor de 30 335,14 €);
- Dívidas de alimentação: 3 468,78€

O valor de 114 550,32 € na rubrica “Estado e outros entes públicos” refere-se a crédito de IVA apurado.

Disponibilidades

O montante de 1 748 799,65 € inclui as disponibilidades imediatas, assim distribuídas:

- Caixa: 787,27 €;
- Instituições financeiras: 1 748 012,38 €

Passivo

O passivo registou uma diminuição de 9%, influenciado, essencialmente, pela diminuição das provisões e da dívida de empréstimos de m/l prazo.

As provisões registadas respeitam aos seguintes processos judiciais em curso:

- Processo 18/16.1 BEMDL, no valor de 59 780,33 €;
- Processo 211/16.7BEMDL, no valor de 7 500,0€;
- Processo 398/15.6 BEMDL, no valor de 211 000,00€;
- Processo 426/14.2BEMDL, no valor de 98 644,25 €.

Acréscimos e Diferimentos

Os acréscimos de custos referem-se a custos a reconhecer no exercício de 2016, relativos a despesas a pagar no exercício de 2017. Exemplo disso são os valores a pagar em 2017 referentes a férias e subsídio de férias (341 776,70 euros) que se vencem em 1 de janeiro de 2017.

O acréscimo de proveitos refere-se a proveitos a reconhecer no exercício em que ocorrem, independentemente do ano em que são arrecadados. Exemplo disso são os impostos, designadamente do IMI e IRS; uma vez que o valores arrecadados em 2016 dizem respeito ao ano anterior. Do mesmo modo, procedeu-se ao registo de valores recebidos parques eólicos, bem como outros valores arrecadados em janeiro de 2017 relativos ao ano de 2016.

O valor reconhecido em acréscimo de proveitos e a receber durante o ano de 2017 ascende a 890 366,30 €, provenientes essencialmente de:

- IRS: 97 523,00€;
- IMI: 454 851,25€;
- IUC: 10 101,99€;
- IMT: 10 971,27€;
- Parques Eólicos: 139 961,58€
- Água, resíduos, saneamento: 18 081,62 €
- Acordo celebrado com Ministério da Educação para "Intervenção de Emergência na Escola Básica de Mondim de Basto: 158 875,59 €

4.7.2 Análise à Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do município durante o ano 2016.

Relativamente a custos com pessoal, registou-se uma diminuição geral de 3% face a 2015.

Os custos com fornecimentos e serviços externos aumentaram 6% face a 2015.

Do lado dos proveitos, refira-se o aumento, em 2% da venda de produtos, e o aumento em 19% na prestação de serviços, face a 2015.

Resulta, assim, da análise dos custos e proveitos operacionais um resultado operacional do exercício de 2016 positivo de 92 072,26 €.

Em 2016 os resultados financeiros são positivos, no valor de 123 128,64 €.

Para efeitos do apuramento dos resultados extraordinários, verifica-se um valor de 537 873,41 € de proveitos extraordinários e um valor de 241 523,02 € de custos extraordinários, pelo que o resultado extraordinário do exercício de 2016 é positivo em 296 350,39 €.

Resulta da contabilização dos resultados operacionais, financeiros e extraordinários, um resultado líquido positivo de 511 551,29 €. Este resultado é inferior ao verificado no ano anterior, muito por força do aumento de custos de amortizações resultantes do processo de atualização do inventário, tal como é explanado no ponto 8.2.28 do ANEXO às Demonstrações Financeiras.

5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Município de Mondim de Basto apurou no exercício de 2016, um resultado líquido de 511 551,29 €.

Tendo em atenção as disposições legais e estatutárias, o executivo submete à Assembleia Municipal a seguinte proposta de aplicação de resultados:

- Reservas Legais (5%): 25 577,56 €
- Resultados Transitados/conta 59 (restante): 485 973,73 €

6 REFERÊNCIA AO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Conforme decorre do disposto no artigo 58º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, *“durante o período de vigência do contrato, a apresentação anual de contas à Assembleia Municipal inclui, em anexo ao Balanço, a demonstração do cumprimento do plano de saneamento financeiro.”*

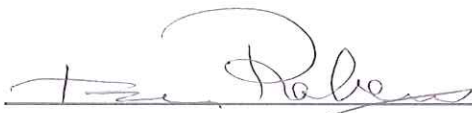
Neste sentido, refira-se a existência do relatório relativo ao 1.º semestre de 2016 em reunião de Câmara do dia 26 de julho de 2016, presente em reunião de Assembleia Municipal 30 de setembro de 2016 e a apresentação do relatório relativo ao 2.º semestre de 2016 em reunião de Câmara do dia 30 de janeiro de 2017, presente à Assembleia Municipal em 10 de fevereiro de 2017.

7 TERMO DE ENCERRAMENTO

O presente documento- *RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO FINANCEIRO DE 2016*- é parte integrante da Prestação de Contas 2016, contem 79 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, foi aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mondim de Basto, realizada em 12 de abril de 2017.

O Presidente do Município de Mondim de Basto,

Os Vereadores,

 _____

 _____

 _____

 _____

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

[Handwritten signatures in blue ink, including 'M. B.', 'A.', and 'José Manuel']

O presente documento- **RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO FINANCEIRO DE 2016** é parte integrante da Prestação de Contas 2016, contem 79 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, aprovada em reunião ordinária da Assembleia Municipal de Mondim de Basto, realizada em 21 de abril de 2017.

João Borges

António José Silva Jugal

Amândio Simões
